

AS MAIORES CHEIAS DOS ÚLTIMOS CEM ANOS E AGORA, QUE FAZER?



Pag. 12



CORVALÁN EM PORTUGAL

O secretário-geral do Partido Comunista do Chile, camarada Luís Corvalán, chega a Lisboa na próxima terça-feira para uma visita a Portugal, a convite do Comité Central do Partido Comunista Português.

O programa de visita de Luís Corvalán inclui conversações com uma delegação do PCP e contactos directos com vários aspectos da realidade portuguesa e da actividade do PCP em diferentes locais. No dia 22, às 21 h. no Campo Pequeno, efectua-se em Lisboa um comício de amizade e solidariedade entre os dois partidos em que usarão da palavra os camaradas Luís Corvalán e Álvaro Cunhal

Pag. 10

Um Governo desestabilizador

Despedimentos nos TLP, (págs. 3 e 4), prosseguimento da ofensiva contra a Reforma Agrária, recurso à violência e à repressão (pág. 9), saneamento e instauração de um clima de terror nos órgãos de comunicação social estatizados, cortes de crédito às cooperativas de habitação (pág.8), manobras de apoio aos capitalistas do Pão de Açúcar (pág.5), lentidão face às catástrofes que se abateram sobre o país (pág.12), ameaças de imposto e agravamento do custo de vida (pág.2) — eis o panorama da acção do governo Mota Pinto/PPD

BOMBEIROS TÊM LEIS JUSTAS



Pag. 4

encontro nacional das organizações do PCP
sobre
Cultura Física e Desporto
3 e 4 de Março 1979
Lisboa



Cultura Física e Desporto
Direito do Povo



CERCA DE MIL DELEGADOS ELEITOS PARTICIPAM NA CONFERÊNCIA NACIONAL DE ORGANIZAÇÃO SINDICAL

232 sindicatos já inscritos, dos quais 60 não filiados na CGTP-IN, participam no próximo fim-de-semana, no Pavilhão dos Desportos, na I Conferência Nacional de Organização Sindical. Cerca de mil delegados eleitos, representando um milhão e oitocentos mil trabalhadores sindicalizados, levam à Conferência as posições discutidas e aprovadas democraticamente em 138 plenários de dirigentes sindicais, 116 plenários de delegados sindicais e 2400 plenários de empresa realizados por todo o país com a participação directa de mais de meio milhão de trabalhadores

Pag. 5



Há 48 anos nas mãos
dos trabalhadores!

Pag. 2

Editorial

COMPROMISSOS COM A DIREITA NÃO SERVEM A DEMOCRACIA

Os recentes anúncios de novos aumentos do custo de vida e da carga tributária sobre os trabalhadores, agravados com as medidas repressivas ilegais de excepção contra os grevistas dos TLP, tomadas pelo governo Mota Pinto/PPD, ilustram uma situação nacional preocupante.

Um traço característico desta nova e aguda fase da crise portuguesa é a crescente ruptura entre a política do governo Mota Pinto/PPD e o país real.

O país real não é, obviamente, aquele de que a reacção procura dar um quadro à sua imagem e semelhança.

“É o país das Nacionalizações e da Reforma Agrária e não o país dos monopólios, dos latifundiários, dos Mellos, Campallimau, Espírito Santo e C.”

“É o país das liberdades conquistadas pelo 25 de Abril e não o país da opressão e do terror fascista. É o país em que o povo quebrou as cadeias da ditadura e não um país que queira de novo ser acorrentado. É o país do 25 de Abril e não o país do fascismo”.

Estas palavras proferidas há duas semanas pelo secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, conservam toda a sua actualidade face à furiosa campanha empreendida nos últimos dias pelas forças reacçãoárias, cuja expressão, ao nível do poder político, é o governo Mota Pinto/PPD.

É facto notório que a política do governo, a um tempo insensata, perigosa e mistificada, se inscreve na vasta manobra das forças do passado, denunciada recentemente pelo Comité Central do PCP, visando destruir o regime democrático, liquidar as conquistas fundamentais da Revolução de Abril e, a médio prazo, reinstaurar em Portugal uma nova ditadura.

Os actos, conlulos e manobras dos partidos da direita, a que estranhamente está a associar-se o PS, são, além de uma grave ameaça contra a democracia e a independência nacional, uma ofensa e um desafio à inteligência e aos profundos sentimentos democráticos do povo português.

O país real toma clara posição contra os maneios dos inimigos do 25 de Abril, ergue-se contra os abusos e prepotências do governo, levanta indignado o seu protesto contra as violações da legalidade democrática.

Os esforços desesperados da reacção para inverter a seu favor os dados da situação deparam cada vez mais com a resistência organizada e firme dos trabalhadores, dos homens, mulheres e jovens amantes do progresso, das classes e sectores intermédios da população, de todos os portugueses patriotas. É este o país real.

As classes trabalhadoras da cidade e do campo não aceitam sobre os ombros o fardo principal da crise, rejeitam abertamente uma política encaminhada contra os seus interesses vitais, opõem-se com vigor a todas as tentativas de esbulhamento dos seus

direitos, liberdades e garantias exaradas na Constituição.

O divórcio entre o governo e as massas populares é a nota dominante do panorama político português na hora actual.

☆☆☆

Entretanto, as linhas de força da grande manobra desestabilizadora da extrema-direita contra o 25 de Abril e as suas transformações democráticas tomam-se cada vez mais precisas.

No domínio do Executivo é um claro objectivo dos partidos da direita, a que parece associar-se o PS, manter o governo Mota Pinto/PPD; acirrá-lo ainda mais contra os trabalhadores; apoiar a sua ofensiva violenta contra a Reforma Agrária erguendo de novo sobre os campos do Alentejo e do Ribatejo o espectro da miséria e do desemprego; apressar e incentivar por todos os meios a política de reprivatização das empresas nacionalizadas e em regime de autogestão; apoiar todas as medidas de reanimação dos monopólios e de submissão ao imperialismo e ao capital estrangeiro — e tudo isto sob um palvreado demagógico e de oposição ao governo sem nenhum efeito prático nos seus destinos imediatos.

É significativa a posição do PPD, do CDS e do PS quanto às questões do Orçamento Geral do Estado, em particular do projectado novo imposto sobre o décimo terceiro mês (50 a 60% do subsídio de Natal — 13.º mês — dos trabalhadores) e sobre a aplicação da lei das finanças locais.

Face à indignação popular causada pelo projecto do novo imposto — “uma inabilidade total” do governo, no dizer do CDS e de “uma total inabilidade”, no dizer do PPD, e uma coisa a ser rejeitada na votação parlamentar, no dizer do PS — o governo aparece agora com uma fórmula mais “hábil”: solicitará à Assembleia da República autorização para “cativar” 50 a 60% do 13.º mês dos trabalhadores “no caso do orçamento apresentar défices na sua execução”.

Os partidos da extrema-direita parlamentar ainda não definiram a sua posição concreta acerca desta escandalosa intenção de espólio dos trabalhadores numa parte considerável dos seus magros salários. Mas o CDS já afirmou que se o actual governo fosse derrotado seria uma “calamidade nacional” e por seu lado, Jaime Gama, do PS, já avançou que “o Orçamento Geral do Estado não deverá constituir ponto de agudização da crise política” e Sá Carneiro foi muito incisivo ao desmentir o “Jornal” sobre as intenções do PPD de rejeitar o Orçamento... Isto pode significar que o governo contará com os votos da direita e a complacência do PS para fazer passar sem sobressaltos na Assembleia da República as suas medidas antipopulares.

Por outro lado, os projectos de revisão anticonstitucional da Constituição, associados aos da eleição antecipada do Presidente da República, constituem a artilharia pesada das forças reacçãoárias no domínio político, para levar a cabo a destruição do regime democrático por meio de um autêntico golpe de Estado “constitucional”. A reacção quer impor a sua “lei” contra a lei fundamental do país que recolheu e alargou a adesão da imensa maioria dos portugueses.

O projecto de Sá Carneiro e a oposição de raiz do CDS à Constituição actual garantiria os votos da direita na Assembleia da República.

Entretanto isso não basta — além de representarem uma minoria, a revisão constitucional não poderá ser feita sem a votação de dois terços dos deputados e somente nos limites do artigo 290.º e mesmo, este artigo alterado, somente teria efeitos práticos na legislatura da Assembleia eleita em 1984.

As forças reacçãoárias estão cheias de impaciência e procuram desde já introduzir na prática governativa um comportamento anticonstitucional de modo a criar de facto uma situação favorável à revisão inconstitucional da nossa lei fundamental.

O recrutamento dos ataques ao Presidente da República, os esforços da direita para o comprometer mais abertamente na política antipopular do governo Mota Pinto/PPD; as negociações conhecidas para apresentação de um outro candidato manejável pela direita em eleições presidenciais antecipadas, são objectivos e formas de actuação política que consubstanciam no momento presente a grande manobra de desestabilização política e militar das forças reacçãoárias visando a criação de condições favoráveis à destruição do regime democrático e ao triunfo de uma nova ditadura.

☆☆☆

A direita não verá os seus sinistros projectos realizados porque o poderoso movimento popular e democrático tem forças bastantes para defender Abril e as suas conquistas democráticas; a correlação de forças é claramente desfavorável ao triunfo dos objectivos da reacção.

Em Portugal, o movimento popular e democrático cada vez mais forte, unido e combativo, aliado à força patriótica dominante das Forças Armadas portuguesas, tem condições para assegurar a defesa e continuidade do processo democrático e para derrotar os sórdidos projectos da reacção.

Entretanto, no imediato, o entendimento entre todos os democratas, e em primeiro lugar entre socialistas e comunistas, pode anular e reduzir à sua expressão mais simples as tentativas de subversão legal da extrema-direita.

Neste sentido a opinião democrática portuguesa

não pode deixar de ver com apreensões os conlulos e possíveis compromissos entre os dirigentes do PS e os partidos da direita, designadamente o PPD/PSD.

Os democratas portugueses, e em particular os militantes e eleitores do PS, têm razão para estarem apreensivos com as declarações desmobilizantes e irrealistas do dr. Mário Soares, quando atribui ao “nervoso” dos comunistas um prenho exagero dos perigos da direita na hora actual.

Não estará o dr. Mário Soares a medir o nervosismo dos outros pelo seu próprio nervosismo?

Os democratas portugueses, e em particular os militantes e eleitores do PS, têm razão para reacar que novas alianças à direita, novos casamentos contranatura, estejam a efectivar-se por dirigentes do seu partido no segredo dos gabinetes.

O PS ao mesmo tempo que reforça e multiplica os seus contactos com o partido de Sá Carneiro, protela ou reduz o âmbito quanto a conversações com o PCP. Uma ampla e responsável discussão dos principais problemas do país, a necessária aproximação dos dois partidos para enfrentar a ofensiva da direita, não podem ser proteladas sem graves prejuízos para a democracia portuguesa.

A unidade entre socialistas e comunistas é uma realidade política em numerosas frentes de luta — no movimento sindical, nas Comissões de Trabalhadores, nos UCPs e Cooperativas, em órgãos de poder local. No plano parlamentar a maioria de esquerda não tem sido numerosas vezes uma simples fórmula aritmética mas uma frente real de luta contra a direita na acção legislativa.

A direcção do PS tem felto sempre nos momentos decisivos da Revolução portuguesa opções de graves consequências para a democracia e as conquistas de Abril.

Por outro lado, os contactos e conversações informais com o PCP não podem servir de cobertura às ambiguidades e às cedências de direita da direcção do PS.

☆☆☆

A desmontagem e a derrota das manobras da direita estão ao alcance e serão alcançadas pelas forças democráticas e pelo movimento popular de massas sobre todas as frentes.

Para o reforço e a crescente unidade dos trabalhadores nas empresas, nos sindicatos, nos órgãos de poder local, na Reforma Agrária e no movimento camponês, nos movimentos das mulheres e da juventude, na frente política como na frente económica e cultural, na defesa das instituições, da legalidade democrática e da Constituição, os democratas e patriotas portugueses defenderão as liberdades, as conquistas históricas do nosso povo, construirão um país livre e democrático.



Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Desde o início da sua publicação legal, após a queda do fascismo, logo o “Avante!” se afirmou como um jornal de grande expansão e aceitação entre as massas populares.

De tal modo que, se quisermos um termo de comparação, ele não pode ser encontrado entre os jornais partidários — cujas tiragens, seja de quer partido for, são muitíssimo inferiores às do órgão central do PCP —, mas sim entre os semanários privados da chamada “grande informação”.

Mesmo comparando com estes, porém, a tiragem do “Avante!” é claramente superior, conforme o demonstra o quadro junto, relativo às médias mensais do mês de Janeiro último.

Os números indicados referem-se às tiragens declaradas pelos próprios jornais. Independente do facto de tais números serem ou não verdadeiros — em relação a alguns, estamos certos que o não sejam... —, há que ter em conta a quantidade das “sobras”, isto é, dos exemplares que se editam mas acabam por se não vender.

Ora, em relação ao “Avante!”, as “sobras” são mínimas, dado que a tiragem é planeada em função dos pedidos expressos por parte das organizações do Partido e da rede comercial.

Em suma: o “Avante!” é, de longe, o semanário português de maior tiragem!

Tiragens médias do mês de Janeiro

Avante!	76 412
Tempo	71 400
Expresso	68 725
O País	68 195
O Jornal	67 355
Edição Especial	41 900
Sete	33 150

O nosso “Avante!” faz hoje 48 anos.

Em 15 de Fevereiro de 1931, em plena noite fascista, esta bandeira de luta dos trabalhadores portugueses, órgão central do seu Partido de classe, erguia-se para o combate libertador contra o regime de escravização fascista e acendia no coração da classe operária uma esperança inapagável.

Um ano depois, Salazar iniciava o seu reinado de terror, opressão e miséria e o fascismo iria iniciar a longa e penosa fase da sua institucionalização e consolidação no poder.

É também a longa e difícil fase de construção do Partido, da sua ligação com as massas, do seu crescimento como grande força organizada no plano nacional.

A História do PCP, as vitórias e derrotas parciais dos trabalhadores sobre as quais se chegará à vitória definitiva contra a exploração e a opressão capitalista aí está nas colunas do “Avante!” como incentivo de melhoramento constante da sua intervenção como órgão do Partido na luta dos trabalhadores e do povo em geral.

É também para os que nele trabalham um factor de pesada responsabilidade.

Um velho jornal operário somente se manterá jovem se se ligar estreitamente à luta diária das classes trabalhadoras, aos problemas vivos e reais das massas populares, se lhes apontar uma perspectiva correcta e prática para as suas soluções.

Pensamos que o nosso “Avante!”, ferramenta de luta da classe operária portuguesa contra a opressão fascista tem estado à altura das suas tradições gloriosas nas condições actuais do nosso processo democrático.

Nas colunas do “Avante!” reflectem-se as grandes aspirações do povo português, as particularidades e complexidades do nosso combate pela democracia, as grandes linhas de acção do povo português para a defesa da Revolução de Abril e das conquistas democráticas do nosso povo.

A Reforma Agrária, os seus heróicos obreiros, encontram no nosso “Avante!” o mais extremo defensor.

As grandes soluções apontadas pelo PCP para a saída da crise, a defesa do património público e nacionalizado, do controlo de gestão, das liberdades, passam como matéria obrigatória nas colunas do “Avante!”.

Ao mesmo tempo, órgão central de um partido marxista-leninista, o “Avante!” é um defensor intransigente do internacionalismo proletário uma voz solidária indefectível para com os povos que lutam contra o imperialismo e o colonialismo, pela sua libertação nacional, pelo socialismo.

Em 48 anos o fascismo nasceu e morreu. O nosso povo enterrou-o para sempre na tumba da História. O nosso “Avante!” fez 48 anos e continua bem vivo, vivo como o Partido que o criou, vivo como a classe a quem serve e para a qual existe.

Neste 48.º aniversário um pensamento de orgulho vai para os que enfrentando a brutal repressão fascista deram a vida para que a voz do seu Partido não se extinguísse e chegasse sempre vibrante e alentadora junto de todos os que lutam e lutaram por uma vida melhor, por um futuro livre, democrático, independente e socialista do povo português.

E também uma saudação ao grande Partido que lhe deu a luz e hoje o alimenta com as suas exaltantes vitórias, a sua experiência, a sua lição de combate — o PCP!



Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soares Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 768345.

ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, SARL, Av. Santos Dumont, 57-2.º D1 — 1000 Lisboa-1. Tel. 769744/769751.

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soares Pereira Gomes — 1699 Lisboa-CODEX. Tel. 769725/769722.

DISTRIBUIÇÃO:

CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL, Central: Rua Pedro Nunes, 9-A — 1000 Lisboa. Tel. 769744/769751.

Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-C — 1000 Lisboa. Tel. 769705.

Casa de Venda em Lisboa: Rua do Sôco, 80 — 1200 Lisboa. Tel. 372239.

Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 — 4000 Porto. Tel. 28938.

Casa de Venda: R. do Almada, 18-2.º Eq — 4000 Porto. Tel. 310441.

Centro Distribuidor do Centro: Terreiro da Erya, 6 — 3000 Coimbra. Tel. 28394.

Centro Distribuidor de Santarém: R. Pedro de Santarém, 41 — 2000 Santarém. Tel. 24564.

Centro Distribuidor de Setúbal: Rua de Angola, 29-A — 2900 Setúbal. Tel. 29493.

Centro Distribuidor do Alentejo: Alarcova de Baixo, 13 — 7000 Évora. Tel. 26361.

Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º do Dezembro, 23 — 8000 Faro. Tel. 24417.

ASSINATURAS: CDL, Departamento de Venda Directa, Av. Santos Dumont, 50 — 1000 Lisboa. Tel. 763701.

PUBLICIDADE: Lisboa: R. Pedro Nunes, 9-A — 1000 Lisboa. Tel. 41787. Composto e impresso na Hebra Portuguesa — R. Elias Garcia, 27 — Venda Nova — 2700 Amadora.

Tiragem média do mês de Janeiro: 76 412

REVISTA INTERNACIONAL

problemas da paz e do socialismo

Campanha das 1000 novas assinaturas



A todos os leitores que façam a sua assinatura nesta campanha serão oferecidos cinquenta volumes (*) dos números da Revista Internacional publicados em português

50 volumes onde poderá encontrar

- artigos de destacados dirigentes dos movimentos comunista, operário e de libertação nacional como Edward Gierak (Polónia), Khaled Bagdash (Síria), Herbert Mies (RFA), Kund Jeppesen (Dinamarca), Pieter Keuneman (Sri Lanka), Reynaldo Marín (Paraguai), Arvo Aalto (Finlândia), Luis Carlos Prestes (Brasil), Cheddi Jagan (Guiana), Oliver Tambo (África do Sul), Franz Muhri (Áustria), Rodney Arismendi (Uruguai), Ali Yaya (Marrocos), Marien N'Gouabi (Congo), Louis Van Geet (Bélgica), Todor Jivkov (Bulgária), Erich Honecker (RDA), Y. Tsedenbal (Mongólia), Aarne Saarinen (Finlândia), Martin Gunnar Knutsen (Noruega), Meir Vilner (Israel), Luigi Longo (Itália), Gus Hall (EUA), Jorge del Prado (Peru), Gustav Husak (Checoslováquia), Emnenegid Gasperoni (São Marino), Aziz Mohamed (Iraque), William Kashtan (Canadá), Ezekias Papaloanou (Chipe), Álvaro Cunhal (Portugal), Janos Kadar (Hungria), Michael O'Riordan (Irlanda), Lars Werner (Suécia), Kayson Phomvihane (Laos), René Urbany (Luxemburgo), Yusuf Dadoo (África do Sul), Jean Vincent (Suíça), Leonid Brejnev (URSS), Abdel Fattah Ismail (Yemen), Boris Ponomarev (URSS), Vitor Afanassiev (URSS), Urko Kekkone (Finlândia), Yassere Arafat (Palestina), Romesh Chandra (Conselho Mundial da Paz), Raymond Goor (Segurança e Cooperação Europeia), Fanny Edelman (FDIM), Enrique Pastorino (FSM) e muitos outros autores.

Que fazer para ser assinante da Revista Internacional e receber a oferta da Campanha das 1000 novas assinaturas?

- 1.º Preencher o boletim;
2.º Entregar o boletim e a respectiva quantia (*) numa das Populares Livrarias CDL onde lhe serão entregues de imediato os volumes-oferta, sem qualquer encargo;
3.º Pode também enviar o boletim pelo correio, acompanhado de cheque ou vale postal no valor da assinatura pretendida e mais Esc. 200\$00 que se destinam exclusivamente ao pagamento dos portes dos volumes-oferta que lhe serão entregues pelo correio (se o envio da oferta for para qualquer país estrangeiro, o preço dos portes é de Esc. 420\$00).

(*) Foram já publicados em português 54 volumes da «Revista Internacional». Encontram-se porém completamente esgotados os números 1/74, 2/74, 3/74 e 1/76.
(**) A «Revista Internacional» aumentará o seu preço para Esc. 25\$00 a partir do n.º 1/79 mas, por um período de um ano, manter-se-á o preço das assinaturas.

BOLETIM DE ASSINATURA

Form fields for name, profession, address, telephone, postal code, locality, and district.

Desejo assinar a Revista Internacional a partir do n.º para o respectivo pagamento envio Escudos:\$00 (assinatura normal) em cheque/vale do correio n.º Caso pretenda o recibo do respectivo controlo de assinaturas assinale com X (Banco / Estação CT)

Form fields for bookstore name and locality.

Lela com atenção

Preencha em letras maiúsculas. Uma letra em cada quadrado. Separar cada palavra deixando um espaço em branco. Não se aceitam assinaturas à cobrança dado o seu elevado custo, pelo que agradecemos que juntamente com o postal remeta sempre a liquidação da assinatura, directamente e endossado à CDL, em cheque ou vale de correio. Nunca efectuar a liquidação em dinheiro, pois não nos responsabilizamos por eventuais extravios.

TABELAS DE ASSINATURAS (12 Números/ano)

Table with columns for country/region and subscription rates for normal and overseas.

Nos TLP o Governo calunia e reprime com cinismo os trabalhadores em luta

Este Governo instável e com apoios cada vez mais reduzidos pretende servir-se da greve dos TLP para uma campanha demagógica em torno do drama das inundações. Enquanto os trabalhadores dos Telefones de Lisboa e do Porto não poupam esforços, desde o início da greve, para atender a todos os casos urgentes, para os quais mantêm piquetes em permanência, o Governo calunia perante a opinião pública uma luta justa para dela extrair benefícios políticos sem qualquer legitimidade. Depois da medida arbitrária e ilegal que foi a requisição civil, não recua sequer perante os despedimentos sumários de 18 trabalhadores e a suspensão sem vencimentos de outros sete.

A luta dos trabalhadores dos TLP tem um objectivo concreto que é o de negociar o seu contrato colectivo de trabalho. Não é sua intenção prejudicar quaisquer outros trabalhadores. Estão de corpo e alma ao lado das vítimas das inundações, cujas responsabilidades não lhes podem, como é óbvio, ser assacadas. Mas é para aí que aponta o Governo. Pelo teor das medidas ilegais que adoptou e que foram completamente rejeitadas em plenários anormalmente concorridos em Lisboa e no Porto,

o Governo MP/PPD pretende transferir para os trabalhadores dos TLP as responsabilidades que ele, Governo, não assume perante as proporções que atingiu a catástrofe das cheias.

O Governo apela para atitudes emocionais contra uma luta justa e realista nas suas reivindicações. Pretende, com cinismo, desarmar essas reivindicações e usa as armas da repressão em vez de discutir e negociar como sempre pretendiram e pretendem os trabalhadores em greve.

O funcionamento dos mecanismos de resolução de conflitos numa sociedade democrática deixou de existir para este Governo. Como qualquer patrão reaccionário e saudosos da repressão fascista, o Governo MP/PPD despede, publicamente, e pretende ainda por cima apresentar esse atentado como medida «moral» e «moralizadora».

Para este Governo não há uma Constituição. Há «costumes». Mas só quando esses «costumes» são o costume reaccionário e repressivos. Os «costumes» do 24 de Abril.

Que resposta poderia este Governo esperar dos trabalhadores? Depois do boicote às negociações do CCT, depois da intransigência perante a reivindicação de salários justos e realistas, o Governo quer ganhar prestígio e proveito à custa da derrota dos trabalhadores.

O Governo fala até de requisição militar. A sua frequência é visível perante a resposta de massas dada pelos trabalhadores dos TLP. Considerando as medidas dos

ministérios «legais e arbitrárias», os trabalhadores não se recusam, porém, a admitir uma solução rápida para o conflito. Mas uma solução negociada e nunca uma solução imposta sobre pressão de acontecimentos, abusivamente utilizados para impor a repressão e escapar à negociação de reivindicações justas.

Na sua campanha demagógica, tentando utilizar as inundações contra os trabalhadores, adoptando «medidas de excepção» comprovadamente ilegais, desta vez é o próprio Governo que «politiza» a greve ao dela pretender retirar efeitos políticos que a transcendem e com os quais ela nada tem a ver.

Sintomático, no meio da campanha demagógica do Executivo MP/PPD, é o facto de todas as listas concorrentes às próximas eleições sindicais nos TLP terem apoiado a greve. São três listas conotadas com forças políticas muito diferentes. Uma delas reúne até a direita sindicalista fora do Movimento Sindical. Mas a greve é justa e os trabalhadores apoiam-na. É um movimento para apoiar reivindicações salariais. Não é uma «greve política» como os reaccionários, incluindo este Governo, gostam de considerar todas as greves com alguma força e capacidade para vencer.

Mas esta manobra não pode enganar trabalhadores conscientes dos seus direitos — dos TLP ou quaisquer outros em luta pelos seus interesses e determinados a negociar para o fazer valer, numa situação que lhes foi criada e só lhes deixou aberta a porta da greve. O apoio à greve dos TLP e a denúncia das manobras do Governo constitui não apenas uma forma de solidariedade a uma classe profissional em luta, como também uma defesa das liberdades e direitos de todos os trabalhadores contra as quais manobra o Governo Mota Pinto/PPD.

Madeira: o Governo nomeia os autores dos textos escolares...

O sr. Alberto João Jardim, presidente do governo regional da Madeira, é uma daquelas pessoas que procura sempre «justificar» através da calúnia e dos argumentos mais ridículos as arbitrariedades que ele e o seu Governo vêm anunciando como «acção política». Exemplos do que acabamos de dizer não faltam. Assim o sabem os madeirenses, mesmo os que foram a princípio ludidos pelo PPD.

Ainda recentemente, o sr. Alberto Jardim e o seu Governo deram uma vez mais «provas» da sua democracia, dos seus princípios orientadores e da sua política, neste caso referente à Educação. É que, por iniciativa do sr. Jardim, o governo da Região Autónoma da Madeira decidiu, sem ouvir a organização representativa dos professores — o Sindicato —, sem ouvir os que, directa ou indirectamente, trabalham no ensino naquela região, encarregar da feitura dos textos escolares pessoas que nada têm a ver com aquele sector, argumentando para tal que «a aptidão pedagógica não é exclusiva de quem trabalha no Ensino»...

Em relação ao facto do governo regional não ter dialogado com o Sindicato dos Professores antes da publicação da proposta, o sr. Jardim também arranja a sua explicação: não reconhece ao Sindicato representatividade e designa-o como «um grupo qualquer»...

A posição do Sindicato

Entretanto, a direcção do Sindicato dos Professores da Zona da Madeira, embora considere o decreto do governo regional deve também ser analisado nos conselhos pedagógicos das escolas, já denunciou ponto por ponto os objectivos e as manobras que envolvem aquela iniciativa do sr. Alberto Jardim e do seu executivo. Salienta a direcção sindical: O articulado da proposta, propositadamente curto e consequentemente vago, deixa para um regulamento a elaborar posteriormente a definição de princípios fundamentais, como são, por exemplo, os moldes em que se processarão as nomeações (das pessoas que irão elaborar os textos escolares), as áreas abrangidas e a limitação mas mesmas. Aprovar uma proposta desta natureza

é aprovar (sem as conhecer previamente...) futuras decisões regulamentares que, eventualmente, podem não ser as mais correctas do ponto de vista pedagógico e da classe.

O Governo do sr. Jardim também usou o argumento de que os (seus) textos irão diminuir as despesas dos alunos com o material escolar. Também falou no problema da escolaridade. Também se manifestou pelo seu alargamento. A todas estas demagogias, o Sindicato dá a devida resposta, esclarecendo e desmascarando o governo regional:

Se é certo que o preço do material escolar é, por vezes, um óbice ao alargamento da escolaridade, não cremos que seja a razão fundamental, pois existem outras, tanto ou mais importantes que esta, tais como o ordenamento socio-económico das regiões, a fraca rede escolar, deficiências na rede de transportes, etc. Aliás, os serviços da Acção Social Escolar, longe de serem com pouco eficientes, fornecem hoje aos alunos mais necessitados os livros e o material escolar indispensável! Para além disso, se o problema reside no preço dos livros e não no seu conteúdo, por que não subsidia o governo regional a Acção

Social Escolar, permitindo assim da parte desta uma maior (ou total) comparticipação nas despesas dos alunos mais carecidos? O Sindicato recorda ainda que a publicação de textos, cuja edição será obrigatoriamente reduzida pois destina-se apenas à Região, torna-se bastante dispendiosa, a não ser que sejam postas de lado as características de qualidade, quer a nível de textos, quer a nível de ilustrações...

Apesar de se afirmar na introdução do articulado da proposta que com esta não se pretende regressar ao «Livro Único», diz a direcção sindical que é pertinente pensar, tendo em conta que não foi auscultada a opinião da classe, qual seria o destino dos exemplares editados na Região se os mesmos fossem rejeitados pelos Conselhos Pedagógicos, de Grupo ou Disciplina...

Conforme se pode ler no preâmbulo — salienta o Sindicato — este decreto permite que possam ser encarregados da feitura dos textos «pessoas de reconhecida competência na matéria, independentemente da função que desempenham». No artigo 4.º, informa-se ainda que «competem ao governo regional a nomeação das pessoas encarregadas da feitura dos textos escolares».

Face a estas situações, pergunta o Sindicato: Será que o governo regional, ao pensar por governar pessoas alheias ao Ensino para a feitura dos textos, pretende menosprezar os factores pedagógicos em função dos científicos? Desconhecerá por acaso que, sem pôr em causa o nível científico das pessoas em questão, os textos por elas elaborados poderão não ser viáveis na prática, uma vez que a realidade científica carece de adaptação à realidade escolar?

Ou será que pretendem pura e simplesmente pôr em causa o nível científico-pedagógico dos docentes em serviço na Região?

Propostas de decreto desta natureza, envolvendo problemas pedagógicos graves, não podem continuar a ser feitos em gabinetes — sublinha a direcção sindical dos professores da Região Autónoma da Madeira, que exigem, com toda a justiça, que lhes seja reconhecido o direito de participarem na elaboração da legislação que lhes diz respeito, quer como profissionais, quer como educadores capazes de assumir integralmente a responsabilidade que lhes cabe no processo educativo.

Eleições na Associação Académica de Coimbra

Realizam-se hoje as eleições para a Direcção-Geral da Associação Académica de Coimbra (AAC), a maior Associação de Estudantes do país. A direcção cessante, de orientação unitária, desenvolveu durante o seu mandato um importante trabalho de mobilização e dinamização nas principais frentes de actividade estudantil, tendo actuado sempre de acordo com o sentir e os objectivos da maioria dos estudantes universitários da academia coimbrã.

No ano passado, a lista vencedora foi eleita na segunda volta, com o apoio da Juventude Socialista (JS). Ao acto eleitoral de hoje concorrem seis listas: a «A» (MPP), a «B» (unitária, apoiada pela UEC e integrada por alguns dos elementos da direcção cessante), a «C» (JS), a «D» (JSD), a «E» (UDP/Trotskistas) e a «F» (CDS/MIRN).

A lista unitária concorre sob a sigla «Na unidade dos estudantes o futuro e a escola de Abril». Entre outros importantes aspectos, a lista «B» compromete-se a lutar pela revisão e revogação da actual legislação da gestão, que espartilha o trabalho e a intervenção dos órgãos eleitos (nomeadamente o Conselho Directivo), concentrando no MEC e nos Conselhos Científicos decisões que atingem milhares de estudantes, cuja opinião democrática e representativa é, assim, pura e simplesmente «esquecida». Ainda no âmbito da orientação geral, os estudantes que constituem a lista «B» comprometem-se a reivindicar junto dos órgãos do poder, aliando-se ao amplo movimento unitário que se consolida e alarga no Ensino Superior, a publicação de um Estatuto Universitário que defina coerentemente as normas de autonomia efectiva para as Universidades e para as Faculdades nos campos pedagógico, financeiro, administrativo e científico.

Caso nenhuma das listas atinja mais de 50 por cento, as duas mais votadas disputarão uma segunda volta no próximo dia 21.

Vitórias da unidade no Ensino Superior...

As eleições de hoje para a DG da AAC integram-se no período eleitoral que se vive presentemente no Ensino Superior. A corrente democrática, unitária e progressista alcançou já grandes vitórias, como por exemplo em Medicina, Economia e ISCTE — Lisboa; e em Farmácia e Economia — Coimbra. Nestes exemplos há factos de profundo significado a registar. Em

Medicina, a lista unitária obteve mais de 50 por cento dos votos expressos e elegeu 16 dos 30 elementos que compõem a nova Assembleia de Representantes da escola. Em Economia (Lisboa), a lista vencedora recolheu 615 votos e foi a única que aumentou a sua participação na AR, comparando com o ano anterior. No ISCTE a lista de unidade conseguiu eleger para a AR 11 elementos, mais dois que a lista apresentada pela JSD (e apoiada pelos sectores mais reaccionários da escola). Em Economia — Coimbra a lista unitária alcançou 10 mandatos contra 7 da JSD.

Por outro lado, é de assinalar também os resultados obtidos pelas listas de unidade nas eleições para as ARs de Direito de Lisboa e Direito e Letras de Coimbra. Na primeira, foram eleitos 13 estudantes da corrente democrática (UEC/JS) e 14 da JSD/CDS/MIRN; na segunda, 5-6; e na terceira 12-13. Ou seja, nestas três escolas superiores a direita tem nas ARs apenas um elemento a mais que as forças democráticas!

... no Ensino Médio...

Entretanto, a unidade continua a fortalecer-se no Ensino Médio, onde os estudantes democratas desenvolvem intensa actividade orientada para o reforço da sua organização e da sua intervenção nas escolas. Recentemente, mais um passo foi dado nesse sentido, com a vitória da lista unitária concorrente às eleições para a direcção da Associação de Estudantes do Magistério Primário de Coimbra. A lista vencedora («A») recolheu 123 votos e a outra lista concorrente («B») 69, tendo votado no total 201 dos 210 alunos da escola.

... e no Ensino Secundário

Também neste sector de Ensino, o reforço das posições democráticas continua a ser um factor saliente na luta dos estudantes. Aqui ficam alguns exemplos: nas eleições para os

corpos gerentes das Associações de Trabalhadores-Estudantes (TES) das Escolas Secundárias de Espinho, Alberto Arago (antigo Liceu Nacional de Almada) e da Escola Industrial e Comercial de Viana do Castelo saíram vencedoras listas de unidade democrática constituídas por estudantes progressistas.

O mesmo aconteceu nas eleições para o Conselho Directivo para os representantes dos alunos junto do Conselho Pedagógico e para a comissão consultiva de estudantes nocturnos da Escola Secundária de Vila do Conde. Na Escola de Marco de Canavezes também se registou a vitória de uma lista unitária para a direcção da Associação de Estudantes.

Em relação às eleições para a direcção da AE do Liceu de Oeiras é de salientar que a lista unitária (terceiro lugar) duplicou os votos em comparação com o ano passado: 224 em 1978 e 484 agora.

1500 alunos por colocar na Universidade

Dos 10 837 estudantes aprovados no Ano Propedéutico (AP) ainda não foram colocados nas escolas superiores (particularmente em Medicina) 1468, apesar de haver vagas em número suficiente, segundo denunciou recentemente a comissão que representa estes alunos não colocados, através de um comunicado dirigido à opinião pública e de uma conferência de Imprensa realizada na Faculdade de Medicina de Lisboa. Referindo-se, em primeiro lugar, às deficiências do AP, aquela comissão salienta, nomeadamente, os atrasos na entrega dos textos de apoio, as contradições na legislação vigente, a impossibilidade de revisão de provas, os diferentes critérios e desigualdade de informação.

Em relação ao «numeros clausus», aqueles estudantes descreveram principalmente o que se passa na Faculdade de Medicina de Lisboa: em conjunto com o Instituto de Ciências Biomédicas (Campo dos Mártires) havia apenas 910 vagas... É o caso para perguntar: quem marcou este número? O Conselho Científico da escola? O Governo? O Ordem dos Médicos? O Banco Mundial? Possivelmente, houve uma «convergência» de interesses...

Festa da Primavera em Santarém

Já algumas Organizações Regionais se preparam para participar, com os seus stands de venda de produtos, as suas exposições, a sua presença, na grande Festa da Primavera que a Direcção da Organização Regional de Santarém vai promover e que aqui anunciamos.

Pouco a pouco, embora rapidamente se aproxime a data de abertura da Festa, a realizar no recinto da Feira da Agricultura, marcada para os dias 23, 24 e 25 de Março, o vasto programa das festividades que vão animar Santarém começa a passar de projecto a certeza.

Assim, já se sabe que no primeiro dia, uma sexta-feira, inaugura-se a festa com foguetes e bandas a percorrer as ruas. Nessa noite haverá um espectáculo musical.

No dia seguinte haverá desfile de ranchos folclóricos, logo após a hora do almoço, e a tarde continua com espectáculos musicais e colóquios. À noite, os fados e os fandanguistas, petiscos a condizer com o ambiente — chourico assado e vinho tinto — esperam os visitantes.

No domingo é a manhã infantil, com toda uma série de actividades para as crianças que se integram no espírito do Ano Internacional da Criança, com jogos variados, teatro de fantoches, pintura. À tarde, um dirigente do Partido participará no comício. E à noite há um grande espectáculo que encerrará a Festa da Primavera.

Podemos já revelar nomes de artistas e de grupos e conjuntos musicais que participarão na Festa. Barata Moura, Fernando Tordo e Fernando Farinha são alguns deles. E os conjuntos e grupos «Resistência», do Porto; «Cancioneiro», de Torres Novas; «Jomada», de Tomar; «Charanga», das Caldas da Rainha.

O desporto será uma das actividades que terão relevo durante os três dias. Atletismo, chiniquinho, campeonato de damas. E colóquios com Carlos Pinhão e Melo de Carvalho.

As FPs — os cupões de entrada no recinto da Festa durante os três dias — já estão à venda. Custam apenas 80 escudos e, para além de darem direito a todos os espectáculos, podem dar direito a variados brindes que serão sorteados no último espectáculo.

As FPs estão a ser distribuídas aos militantes para venda e podem ser procuradas nos Centros de Trabalho da região. Também outras Organizações Regionais poderão encomendar FPs à DORSA, permitindo que muitos amigos e camaradas de outros lugares do país confraternizem na Feira da Agricultura, em Santarém, na Festa da Primavera.

RÁDIO VARSÓVIA EM PORTUGUÊS

Rádio Varsóvia transmite diariamente em português nos seguintes horários e frequências (hora de Lisboa): pelas 22 horas, em ondas curtas, 31 e 41 metros, frequências de 9675 Khv e 7285 Khv; pelas 5 horas e 30, em ondas curtas, 41 e 49 metros, frequências de 7270 Khv e 6135 Khv, em ondas médias, 200 metros. O endereço de Rádio Varsóvia é 00-950, Caixa Postal 46, Varsóvia.

Semana

7 Quarta-feira 1825 — Morre em Lisboa o pintor português Francisco Augusto Metrass, professor da Academia das Belas-Artes.

São empossados pelo Presidente da Assembleia da República os membros do Conselho de Imprensa, constituído por representantes dos partidos com assento no Parlamento.

8 Quinta-feira 1825 — Nasce em Lisboa o cirurgião José Maria Alves Branco, um dos fundadores da «Correio Médico de Lisboa».

O Primeiro-Ministro Mota Pinto anuncia o estabelecimento de relações diplomáticas com Pequim. Delegação da CGTP-Intersindical Nacional avista-se com o ministro do Trabalho, abordando, entre outros, o problema do limite de 18 por cento que o Governo pretende impor aos aumentos salariais.

9 Sexta-feira 1860 — Morre o ator José Ricardo, que durante 60 anos desenvolveu grande actividade ligada ao teatro.

Carlos Brito, presidente do Grupo Parlamentar comunista, à saída de uma reunião com o vice-primeiro-ministro Jacinto Nunes, com quem discutiu a aplicação da Lei de Finanças Locais, afirma que «o PCP se pronuncia pelo cumprimento global e integral da Lei, respeitando as verbas previstas e conteúdo».

10 Sábado 1910 — Publica-se o primeiro número de «Alma Nacional», semanário republicano dirigido por António José Almeida.

Realiza-se na «Voz do Operário», em Lisboa, um Encontro de Bancários Comunistas, que analisa os problemas de gestão e reestruturação da banca nacionalizada. Mais de 28 litros de chuva por metro quadrado caem em Lisboa, enquanto por todo o país as cheias destroem casas e haveres e obrigam milhares de pessoas a abandonar localidades.

11 Domingo 1856 — Alocchete — trabalhadores agrícolas constam aumento de salários após greve de 5 dias.

Parte para a República Popular de Angola uma missão portuguesa chefiada pelo Secretário de Estado da Energia e Indústrias de Base com o objectivo de prosseguir negociações com vista a acordo de cooperação. Mário Soares encerra os «debates sobre o futuro de Portugal», promovidos pelo PS, e nos quais participaram, entre outros, Silva Lopes, Nobre da Costa, Sousa Franco e Meneses Pimentel.

12 Segunda-feira 1806 — Nasce em Lisboa o célebre médico e professor de obstetria José Gregório Lopes da Câmara Simão, a quem se deve a primeira aplicação de clorofórmio, utilizado em Maio de 1848.

Mota Pinto confirma, no intervalo da reunião com o PS e o PPD, a intenção do Governo em solicitar à Assembleia da República autorização para retirar 50 a 60 por cento do 13.º mês de cada trabalhador português. Delegações do PPD e do PS, por iniciativa de Sá Carneiro, encontram-se durante duas horas, tendo Jorge Campinos afirmado que se tratava de uma primeira troca de impressões, enquanto Moura Guedes explica que os dois partidos procuram consenso acerca de grandes questões.

13 Terça-feira 1965 — O general Humberto Delgado é assassinado pela PIDE.

O Secretariado Distrital das Unidades Colectivas de Produção e Cooperativas Agrícolas de Portalegre encontram-se com o Governador Civil do distrito e com os responsáveis locais do MAP a quem exigem o estabelecimento do diálogo com os trabalhadores e a suspensão da acção desenvolvida para a aplicação da lei Barreto.

Os Comunistas na Assembleia da República

Há quem confunda propositadamente telecomunicações com inundações

Os violentos temporais que assolaram o nosso país nos últimos dias e a greve dos trabalhadores dos TLP foram, na sessão desta semana, os assuntos que, naturalmente, mais mobilizaram a atenção dos deputados da Assembleia da República. Logo no início da sessão, o Presidente da Assembleia propôs um voto, que foi aprovado por unanimidade, no qual se manifestava pesar perante tão dramática situação e solidariedade para com as vítimas dos temporais.

Uma coisa ficou clara no decorrer da longa discussão: quem está contra e quem está a favor das legítimas reivindicações que levaram os trabalhadores dos TLP a adoptar esta forma de luta. O deputado do PCP recordou mesmo que as 4 listas concorrentes ao próximo acto eleitoral nos TLP apoiam a continuação da greve e repudiam os ataques que visam denegrir a sua luta, por a terem mantido no período do temporal.

Dia a Dia

A condenação de Ali Bhutto A Assembleia da República aprovou, por unanimidade, um voto de protesto pela condenação à morte do ex-primeiro-ministro paquistanês Ali Bhutto, assinado por representantes dos cinco partidos representados na AR.

Intervenções

É de crise governativa a atmosfera que se respira no País

No encerramento do debate sobre o Programa do Governo Mota Pinto, afirmávamos: «Este Governo (...) não vai resolver a crise governativa, vai prolongá-la, apodrecê-la e agravá-la». Ainda não passaram dois meses e os factos já estão a confirmar plenamente o acerto da asserção. Diga-se o que se disser, é de crise governativa a atmosfera que se respira no País.

Orgãos de comunicação social estatizados, sanieia democratas e antifascistas, José Manuel Nunes, quer exorcer a sua censura sobre o conteúdo dos programas, desintervenções na empresa e jornalísticas como o «Diário de Lisboa» sem lhes dar qualquer apoio, afronta as deliberações dos Conselhos de Informação, pretende promover o despedimento massivos.

Pedidos de urgência

O Grupo Parlamentar do PCP solicitou a concessão do processo de urgência para a apreciação dos projectos de lei sobre educação e ensino especial, comissões consulares de emigrantes e protecção contra despedimentos dos trabalhadores. O processo de urgência já foi concedido, por unanimidade.

Relações com a China

A AR aprovou por unanimidade um voto de congratulação pelo estabelecimento de relações diplomáticas entre Portugal e a República Popular da China.

A luta dos trabalhadores dos TLP

Os órgãos de comunicação social anunciaram há momentos que graves medidas repressivas se abateram sobre os trabalhadores dos TLP, através da demissão de 18 trabalhadores e da suspensão por um mês, sem vencimento, de outros 7. Em face destes factos, não pode o Grupo Parlamentar do PCP, embora não conhecendo ainda toda a extensão da gravidade das medidas repressivas que foram tomadas, deixar de levantar o seu veemente protesto e denunciar de novo o carácter

Sistema público de educação pré-escolar

(...) Já quando da aprovação da Lei n.º 577, votada por unanimidade nesta Assembleia, tivemos oportunidade de declarar a importância da criação de um sistema público de educação pré-escolar. Denunciámos, então, as diferenças de nível e desenvolvimento das crianças entradas na escolaridade básica, assente nas diferentes situações económicas, sociais e culturais dos seus pais, e a estreita relação entre a origem social dos alunos e o insucesso escolar.

A condenação à morte de Ali Bhutto

A condenação à morte por enforcamento do ex-primeiro-ministro paquistanês Ali Bhutto não podia deixar de provocar nesta bancada e nesta Câmara um sentimento de viva repulsa. Aqui, como em todo o país, não aceitamos a pena de morte. Mas também não compreendemos os acatamentos, fora de Portugal, que se mate por gratuita retaliação política, por baixa vingança política, como patrocina-se que se passe a uma condenação de Ali Bhutto.

Solidariedade para com os 30 mil Bombeiros

Os Bombeiros Portugueses acabam de ver satisfeitas parte importante das suas aspirações. O Grupo Parlamentar do PCP (...) quer deixar aqui clara e inequivocamente expressa a sua solidariedade para com os 30 mil Bombeiros Portugueses. Ao fazê-lo, os comunistas prestam também uma homenagem aos que, a não ser a desinteressadamente, colocam, dia-a-dia, os seus braços, as suas inteligências, as suas próprias vidas, ao serviço dos portugueses. (...) Tendo sido os primeiros a trazer a esta Assembleia a complexa problemática que envolve a difícil vida dos bombeiros portugueses, tendo sido os primeiros a apoiar nesta Assembleia as suas profundas aspirações (particularmente no que diz respeito às condições de trabalho e ao processo de luta que se tem desenvolvido dentro da legalidade democrática e com reivindicações tão justas que ninguém se atreve a pôr em causa.

O caso «Pão de Açúcar» — um escândalo!

O que se tem vindo a passar, desde há dois anos, com os Supermercados Pão de Açúcar é um verdadeiro e clamoroso escândalo. Um escândalo foi logo o processo de desinvestimento da empresa SUPA — conhecida por Pão de Açúcar — quando era então ministro de Comércio Mota Pinto, o actual Primeiro-Ministro. Agora, o governo sob a responsabilidade do mesmo Mota Pinto acaba de publicar um despacho condenando o monopólio da abertura ao sábado à tarde às lojas desta empresa — uma flagrante ilegalidade e uma clamorosa inconstitucionalidade, para já não falarmos da imoralidade de concessão de tamanho privilégio em exclusivo ao Pão de Açúcar.

Abolimos há mais de um século a pena de morte do Código Penal. E hoje nem mesmo na frente da guerra ela é permitida.

Abolimos há mais de um século a pena de morte do Código Penal. E hoje nem mesmo na frente da guerra ela é permitida. «Em caso algum haverá pena de morte», diz a Constituição saída do movimento libertador do 25 de Abril, saída dessa Revolução que não matou ninguém, apesar de ter posto fim a um regime odioso que durou meio século e — ele sim — matou. Matou no Tarrafal, matou na sede da PIDE, matou nos campos e matou nas ruas, dispensando os julgamentos prévios.

Avante Militantes BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS N.º 44 Fevereiro 1979 • Preço 750 • Neste número: O Povo defenderá o Portugal de Abril • o 9.º Balanço Geral da Organização • É indispensável conhecer melhor as organizações • Cultura Física e Desporto — direito do Povo • Dificuldades e o absentismo • Cartas dos Leitores.

Abre no sábado em Lisboa a Conferência Sindical organizada pela CGTP-IN

A Conferência Nacional de Organização Sindical reunirá-se no próximo fim de semana em Lisboa. Organizada durante meses por todo o país, através da estrutura unitária do Movimento Sindical, essa iniciativa da CGTP-IN mobilizou a grande força reivindicativa dos trabalhadores que se opõe à política antiopeira e anticonstitucional do Governo de direita e das forças que o apoliam alimentando o divisionismo no campo sindical.

Segundo a proposta-síntese dos documentos, que resulta das 138 páginas dactilografadas com sugestões, propostas de alteração e teses aos documentos-base, a Conferência vai analisar e discutir os temas seguintes: princípios orientadores da organização e acção do Movimento Sindical; balanço da situação actual do Movimento Sindical; estrutura actual do Movimento Sindical e sua evolução; os órgãos das associações sindicais e o seu funcionamento; organização interna e funcionamento das associações sindicais; e zonas específicas de organização (jovens, mulheres, reformados).

O início dos trabalhos está marcado para as 9 horas de sábado. As duas sessões desse dia, com um intervalo das 10 e meia às 13 horas, terminam às 20 horas. No domingo, com início à mesma hora e com intervalo das 11 às 13 horas, as sessões restantes (3.ª e 4.ª) terminam às 17 horas. Depois de analisados e discutidos os temas citados, a 4.ª sessão tratará da discussão e votação das conclusões e das moções estranhas à ordem de trabalhos. A Conferência encerrará com uma intervenção.

O Regulamento segundo o qual funcionará a Conferência, aprovado pela Comissão Nacional Organizadora (CNO), mandatada para o efeito em plenário da CGTP-IN, foi enviado no princípio de Fevereiro ao Movimento Sindical. O mesmo sucedeu com toda a restante documentação para a Conferência.

Na introdução à proposta-síntese, a CNO sublinha que «as soluções, medidas e métodos a utilizar na reestruturação sindical que os presentes documentos apontam, resultam do debate feito pelos trabalhadores em centenas de reuniões realizadas a todos os níveis e órgãos da estrutura do Movimento Sindical Unitário. Pode-se afirmar que os debates decorreram num clima de grande abertura, o que permitiu levantar e analisar as insuficiências existentes, bem como determinar as soluções mais ajustadas à prática real do Movimento Sindical e à sua presumível evolução orgânica».

Correspondendo à «aplicação prática da orientação traçada pelo Congresso de Todos os Sindicatos», a 1.ª Conferência Sindical de Organização Sindical «tem por objectivo o debate de problemas relativos à organização sindical e de medidas tendentes à sua reestruturação, que é necessário levar à prática com vista ao reforço da unidade sindical e dos trabalhadores, ao desenvolvimento da democracia interna e da participação efectiva dos trabalhadores no Movimento Sindical, de modo a que este disponha de condições mais adequadas ao prosseguimento dos seus fins», lembra a CNO na introdução à proposta-síntese dos documentos a debater na Conferência.

Como este Governo «contém a inflação»!

A realidade desmente as pretensas justificações que o Governo tenta segurar pelos cabelos a fim de cobrir como pode a sua política de «contar a inflação».

O Governo chama-lhe assim. Mas essa política não existe. O que existe e diariamente nos entra nos bolsos é uma política de baixos salários. É uma política de salários cada vez mais reduzidos para que os grandes capitalistas possam recuperar em toda a linha os privilégios antigos.



O Governo não contém a inflação. Agrava-a.

O Movimento Sindical Unitário, Comissões de Trabalhadores, o PCP e outras forças democráticas condenam abertamente essa política de «contar a inflação» e desmascaram com números oficiais os maneios do Governo para ludir os crédulos, boicotar a contratação colectiva, fugir à negociação, atacar os Sindicatos e impor o limite de 18 por cento para os aumentos salariais em 1979.

«Enquanto em 1974 e 1975 o nível de vida dos trabalhadores aumentou porque os salários subiram mais do que os preços, em 1976 o poder de compra diminuiu em 4 por cento, em 1977 baixou 9 por cento e em 1978 voltou a diminuir cerca de 10 por cento.

Baixou, por isso, a inflação? Não. A única coisa que baixou foi o poder de compra dos trabalhadores.

Apesar dessa baixa constante do nível de vida das massas trabalhadoras, incluindo todos os que o Governo designa (com a habitual linguagem divisionista) por «muitos portugueses de rendimentos fixos e menos capacidades reivindicativas»,

a taxa de inflação não deixou de atingir níveis dos mais elevados de toda a Europa, e até superiores aos de 1974 e 1975. O já reduzido poder de compra dos reformados baixou assustadoramente. O mesmo sucede com os desempregados, os que recebem o salário mínimo (e até menos), com os que trabalham nas empresas em situação económica difícil.

A teoria que está a ser utilizada por todos os defensores da exploração capitalista desenfreada, que pretendem apresentar os aumentos salariais de preços principal das subidas de preços — lembra a CGTP-IN — é desmentida pelos próprios organismos técnicos oficiais. Assim, no Relatório do Banco de Portugal, relativo à gerência de 1977, afirma-se expressamente o seguinte: «... os outros rendimentos, fundamentalmente lucros, contribuíram em 1976 com 47 por cento para a taxa de variação dos preços implícitos na despesa final total e, em 1977, com 44,9 por cento».

Citamos ainda o Banco de Portugal. No que toca à desvalorização do escudo, essa fonte oficial afirma: «enquanto em 1975 e 1976 a parte do aumento

dos preços, explicável pela variação da taxa de câmbio, era de 6 por cento e 9,2 por cento, respectivamente, em 1977 subiu para 20,1 por cento».

Os números são claros e fidedignos.

«Enquanto isto sucedia com os lucros e a desvalorização do escudo, as remunerações do trabalho contribuíam para o aumento da inflação com apenas 17,5 por cento em 1977».

Em 1978, a situação foi certamente mais grave, pois o aumento médio dos salários deve ter rondado os 12 por cento.

E os lucros? Para esses, não há limite. A CGTP-IN reafirma, ao denunciar «a falsidade das afirmações do Governo», que, na taxa de inflação verificada no nosso país, o peso do aumento dos lucros e da desvalorização do escudo é muito mais importante que a subida dos salários.

Apesar disso, foram apenas os salários que o Governo limitou. Os lucros vão continuar a subir como nos anos anteriores.

E os aumentos já aí estão anunciados: carne, transportes, combustíveis, rendas de casa, novos impostos, o cabaz...

«Por todos os meios constitucionais», a CGTP-IN opor-se-á a essa política que, «para além de agravar de uma forma insustentável as condições de vida dos trabalhadores portugueses e de outras camadas do nosso povo, contribuirá para o agravamento da crise económica em que o país se debate, já que provocará uma diminuição do mercado interno, o que determinará que milhares de empresas, nomeadamente pequenas e médias, encontrem dificuldades crescentes para venderem os seus produtos».

E assim que este Governo «contém a inflação».

Para que vença nas CTs o Projecto dos trabalhadores

No seu Artigo 55.º, a Constituição da República dispõe:

● É direito dos trabalhadores criarem comissões de trabalhadores para defesa dos seus interesses e intervenção democrática na vida da empresa, visando o reforço da unidade das classes trabalhadoras e a sua mobilização para o processo revolucionário de construção do poder democrático dos trabalhadores.

E no artigo seguinte dispõe ainda:

● Constituem direitos das comissões de trabalhadores:

- a) Receber todas as informações necessárias ao exercício da sua actividade;
- b) Exercer o controlo de gestão nas empresas;
- c) Intervir na reorganização das unidades produtivas;
- d) Participar na elaboração da legislação do trabalho e dos planos económico-sociais que contemplem o respectivo sector.

Os ataques às Comissões de Trabalhadores têm sido parte integrante da campanha reaccionária contra a Constituição da República, contra as conquistas que defende e que a realidade consagra.

Ainda recentemente ao responder, como se viu, a algumas perguntas no Parlamento, o Governo reafirmou claramente a sua intenção de manter a Resolução 10/79 com a qual tenta reduzir ao silêncio as CTs da Função Pública.

Como aqui já referimos várias vezes, essa tentativa governamental espanta com uma realidade que é um obstáculo intransponível. Consolidadas depois de Abril, as CTs, quer dos serviços, públicos ou privados, quer das empresas particulares ou nacionalizadas, têm condições para resistir a quaisquer medidas ilegítimas e às tentativas de as pôr em prática contra os preceitos constitucionais. E essa resistência

tanto mais se justifica quanto maior é a incapacidade governamental para a negociação e o diálogo, que este Governo de direita tenta substituir pela repressão.

Contra esse horizonte reaccionário que os trabalhadores repudiam se reuniu no último sábado, durante todo o dia, um plenário convocado pelas Cintas Industriais de Lisboa e Setúbal (CIL e CIS). Nas instalações da Parry & Son, em Cacilhas, sob o lema da «defesa das Comissões de Trabalhadores e do regime democrático», 235 delegados de 114 CTs, representando 135 000 trabalhadores, aprovaram conclusões realistas e de grande significado e importância no momento em que a Assembleia da República deve consolidar, através da lei, a força e a implantação das CTs.

Foi com esse objectivo que, no uso de um direito reconhecido pela Constituição, esses delegados dos



Aprovado para as CTs o projecto do PCP

trabalhadores, após ampla discussão e análise dos três projectos de lei sobre CTs apresentados na Assembleia da República, decidiram «aceitar, na generalidade, o conteúdo do 176/1 (projecto apresentado pelo PCP), propondo, no entanto, algumas alterações e correcções na especialidade».

Quanto ao projecto do PS (143/1), que mereceu «particular atenção» por ter sido «apresentado pelo partido mais votado na Assembleia da República», as CTs representadas no plenário concluíram, entre outros aspectos, que esse projecto «contém alguns artigos e soluções que se chocam frontalmente com o direito à auto-organização dos trabalhadores». Concluíram ainda, embora a análise deva continuar, que esse projecto do PS oferece, em algumas questões, «dúvidas constitucionais». Desligado das «realidades existentes»,

o projecto apresentado pelos deputados socialistas «descharacteriza e esvazia de sentido o controlo de gestão».

Quanto ao terceiro projecto, da autoria de parlamentares independentes, as conclusões do plenário referem nomeadamente que ele «enuncia uma série de princípios correctos, mas demasiado vagos e incompletos no capítulo dos direitos das CTs, que permitiriam ao patronato a continuação das suas arbitrariedades e ilegalidades».

Depois de um forte apelo aos deputados, «que têm responsabilidades perante os trabalhadores que os elegeram», para que aprovem uma lei que respeite a auto-organização desses mesmos trabalhadores, «o seu direito ao controlo de gestão» e se inscreva, afinal, nas normas constitucionais, o plenário concluiu que, «se assim não acontecer, os deputados estarão a trair o seu mandato, estarão a enganar os trabalhadores».

Prepotência e razão no Pão de Açúcar

A greve é um direito constitucional que assiste aos trabalhadores. No entanto, o Governo e a administração do Pão de Açúcar, na tentativa de virar a opinião pública contra quem recorre à greve como meio legítimo de defender os seus direitos, apostam na deturpação dos interesses em jogo e querem fazer crer que essa como outras paralisações não resultam de um conflito que envolve dois agentes e que ambos devem contribuir para resolvê-lo.

Na tentativa de desmobilizar e confundir a opinião pública, a parte patronal é apresentada como impoluta e detentora de todas as razões. O Governo concede-lhe todos os favores, consolida-lhe no Pão de Açúcar o passivo (mais de 400 mil contos), passa-lhe as dívidas para médio e longo prazo, prorroga-lhe e bonifica-lhe os juros, empresta-lhe 225 mil contos.

Para a outra parte — os trabalhadores — nem o mínimo interesse, como seja a salvaguarda de um horário de trabalho duramente conquistado, merece do Governo e da administração do Pão de Açúcar uma palavra de justiça, um propósito de negociação. Recusa-se, reprime-se e pronto. As autarquias protestam, os pequenos e médios comerciantes recusam uma medida que os afecta! O Governo ignora, o Governo não atende. A Constituição manda «assegurar a equilibrada concorrência entre as empresas, fixando a lei a protecção às pequenas e médias empresas, económica e socialmente viáveis». Isso é o que diz a Constituição. Não é o que dizem os ex-monopolistas

e há propostas nesse sentido da parte dos Sindicatos. Por que não se negociam essas propostas? Por que se impõe à força uma medida que não interessa à maioria dos trabalhadores, que grande parte deles não aceita, recorrendo à luta, e que a maioria de todo recusará, se não fosse o clima de intimidação instalado na empresa?

Este Governo instável cria instabilidade. Detendo precariamente algum poder utilizá-lo, o mais rapidamente possível, para benefício dos interessados (e são cada vez menos) na política que pratica. Não tem tempo para respeitar a legalidade constitucional, para negociar, para ouvir e decidir. Recorre, por isso, à medida prepotente, à autoridade ilegítima, à sem-razão do quero, posso e mando.

A razão que assiste aos trabalhadores deve ser entendida por todos. A manipulação da

O Encontro dos bancários e o rumo da banca nacionalizada

Os problemas da gestão e reestruturação da banca, depois de discutidos com boa participação unitária nos próprios bancos, foram alvo de um Encontro promovido pelos bancários do PCP, no último sábado em Lisboa.

As conclusões aprovadas, que constituem uma contribuição valiosa para que a banca nacionalizada desempenhe um verdadeiro papel de desenvolvimento da economia nacional, atacando a crise, repartem-se por treze pontos, com relevo para as ameaças de reprivatização, as indemnizações aos ex-monopolistas, as imposições do FMI, a política de pessoal e o controlo de gestão.

«As facilidades na concessão de crédito ao sector capitalista de maior dimensão, ou a grupos monopolistas nascentes», enquanto o sector nacionalizado da economia tem de esperar pelo crédito com limitações, foram apontadas nas conclusões do Encontro como sintomáticas quanto à política do crédito, atenta e veneratora para a recuperação capitalista e madrasa para o sector público da economia.

Paralelamente, o Encontro deixou ainda bem claro, para que não surjam dúvidas sobre os fundamentos em que se baseiam as tiradas da direita sobre as «capacidades de gestão» do grande capital privado, como é frequente a recusa de crédito aos pequenos e médios comerciantes e industriais, a par da «aplicação de condições incompatíveis» ou da «exigência de garantias incalculáveis», não só para esse vastíssimo sector do comércio, da indústria e da agricultura, como

para as cooperativas, unidades colectivas de produção e empresas em autogestão ou intervenções pelo Estado.

Quanto às indemnizações aos antigos proprietários dos bancos, o Encontro considerou «condenável e injusta» a sua liquidação no que respeita àqueles que «avidamente exploraram durante dezenas de anos os bancos, que administraram e utilizaram os fundos deles contidos em negócios para benefício próprio e em detrimento do desenvolvimento económico do país».

Mas outra já é muito diferente, sendo de todo «atendível» a situação dos pequenos acionistas, que esses sim devem ser indemnizados, pois «não intervieram na gestão bancária passada e foram também lesados pela falsa onda especulativa, fomentada nos anos anteriores ao 25 de Abril».

Com uma intervenção do camarada Carlos Carvalhas, deputado e membro do CC, que lembrou alguns pontos da escalada da política económica da direita, «virada contra os trabalhadores e o povo e ao serviço dos ex-monopolistas», o Encontro defendeu mais uma vez o controlo de gestão na banca para defesa da nacionalização e reestruturação do sistema bancário, «contrariando a aplicação das leis da contra-revolução legislativa, mormente das indemnizações, da delimitação do sector público e privado, do código de investimentos estrangeiros e do sigilo bancário».

A revisão salarial

Entretanto, o Organismo de Direcção dos Trabalhadores Bancários de Lisboa do PCP, que organizou o Encontro, emita um comunicado sobre «o contrato colectivo de trabalho e a revisão salarial».

Numa resposta clara quanto à posição dos comunistas sobre o assunto, aquele Organismo realista, nomeadamente, que «os comunistas lutarão com os outros trabalhadores pela intransigente defesa dos direitos e interesses dos bancários» e «sublinha — pela defesa dos actuais postos de trabalho e das medidas que assegurem a segurança de emprego».

Num aviso claro contra a «demagogia, irresponsabilidade e manipulação de opinião, de que são viva prova as tabelas salariais que o grupelho MRPP e o PPD (através da direcção do Norte) fazem circular pela classe sem fundamentação», o comunicado acrescenta que «é bom não esquecer que em anteriores revisões salariais, também os ex-banqueiros, através dos seus lacaios, faziam correr na banca "tabelas salariais" com o objectivo de desorientar, dividir e enfraquecer a participação e a capacidade de luta dos trabalhadores».

Para que a revisão contratual venha a reflectir a vontade dos bancários, o Organismo considera indispensável «uma grande participação dos trabalhadores, através da estrutura sindical na elaboração das linhas orientadoras da revisão salarial e respectiva fundamentação, culminando essa participação numa assembleia geral para a sua aprovação».

Entretanto, é indispensável reforçar a unidade e combater o divisionismo, para que tenha êxito uma revisão salarial «inserida na realidade do sector», a fim de «enfrentar o agravamento do custo de vida provocado pela política contrária aos interesses dos trabalhadores realizada pelos anteriores governos e que está a ser prosseguida», pelo Governo actual.

Um rol de ilegalidades

Num comunicado conjunto, a Câmara Municipal de Almada, a Associação de Comerciantes de Setúbal (Delegação de Almada) e o Sindicato dos Trabalhadores do Comércio enumeram as ilegalidades e incorrecções cometidas pelo Governo ao ordenar a abertura dos Supermercados Pão de Açúcar nos sábados de tarde. Protestando «veementemente contra a prepotência, a violação grosseira, a ilegalidade e a ingerência no domínio das autarquias e das associações de classe», os signatários afirmam que os ministros do Comércio e Turismo e do Trabalho, através daquela medida, «cometeram as seguintes ilegalidades e incorrecções:

- «1) Mentiram, afirmando terem auscultado e atendido o parecer das Câmaras, quando na verdade as Câmaras Municipais de
- Setúbal e Almada deram pareceres negativos e a Câmara do Barreiro nem sequer foi contactada. A Câmara do Porto já tornou pública a sua oposição à determinação ministerial.
- «2) Atentaram contra a Constituição, desrespeitando o Poder Local, pois é às Câmaras Municipais que, por Decretos-Leis (409/71 e 75-1/77) compete regulamentar o horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais.
- «3) Ignoraram a posição dos comerciantes, que se vêm seriamente ameaçados por uma concorrência desleal que pode arrastá-los à falência.
- «4) Desprezaram os direitos fundamentais dos trabalhadores do comércio, aumentando-lhes arbitrariamente os horários de trabalho para além do que está legalmente estipulado, podendo mesmo vir a liquidar milhares de postos de trabalho».

Lutas e Tarefas

● **Apelo aos trabalhadores rurais** — «Estamos fartos de esperar! Não podemos ficar de braços cruzados», afirmavam recentemente os Sindicatos Agrícolas do Norte e Centro num apelo para que todos exijam «a publicação das nossas leis de trabalho». Os Sindicatos, que se reuniram em 21 de Janeiro findo, no Porto, lembram as resoluções aí aprovadas, nomeadamente a realização de «reuniões nas quintas, aldeias e concelhos para os assalariados agrícolas discutirem como lutar para obrigar o Governo a publicar as leis» que o Governo prometeu fazer sair até 29 de Novembro do ano findo. Os Sindicatos

apelam à comparência nas reuniões e à sindicalização de todos os trabalhadores.

● **Arbitrariedades na Aguiela** — A Comissão de Trabalhadores das Construções Técnicas (Barragem da Aguiela) acusa a administração da empresa de se opor à «actividade independente e firme das estruturas de organização representativas dos trabalhadores» como prova a revogação da norma que estabelece os limites, ao seu exercício. A CT condena essa «atitude arbitrária e repressiva da administração» e apela à unidade dos trabalhadores na defesa dos seus direitos constitucionais, de modo

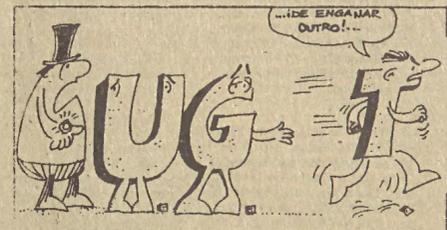
a impedir as discriminações salariais, que «causam a indignação geral» e a obter o pagamento das remunerações em atraso.

● **Molaflex, manifestação, hoje** — 150 trabalhadores da Molaflex, de S. João da Madeira, estão ameaçados de despedimento. Numa reunião, foi decidido realizar hoje uma manifestação contra aquela medida patronal, em frente à Câmara Municipal da localidade.

● **Luta na Schimling** — Numa moção, os trabalhadores desta fábrica do Porto exigem dos órgãos do poder a garantia do direito ao trabalho. Até à reintegração dos trabalhadores, deve ser

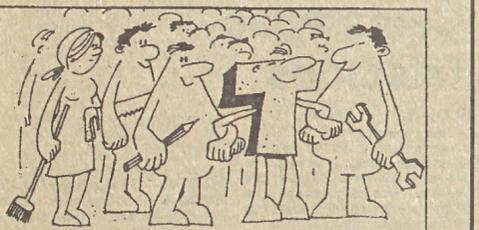
garantido o subsídio de desemprego. A moção alerta «os órgãos do poder e a opinião pública em geral para a sabotagem da economia nacional praticada pelo patrono, da República Federal da Alemanha, com cobertura e apoio de homens do conselho de gestão do Banco Português do Atlântico».

● **Fábricas de cortiça de Silves** — A Comissão Concelhia de Silves do PCP, depois de lembrar que, no período de um ano, encerraram naquela localidade quatro fábricas de cortiça, sem que o único trabalhador tenha sido indemnizado e sem que as autoridades governamentais tenham feito um único gesto de



apoio, condena firmemente a repressão e as arbitrariedades na Jean Barragá, uma empresa do sector corticeiro, onde o patrono ordenou o desconto de uma hora no salário dos trabalhadores que fizeram uma paralisação simbólica de 5 minutos em apoio da Reforma Agrária.

● **Contra o divisionismo** — Num comunicado, os trabalhadores da Iota de Setúbal dirigem-se aos seus companheiros inscritos no Sindicato Vertical dos Trabalhadores Terrestres da Manipulação do Pescado e Afins de Portugal condenando «a manobra divisionista de elementos da



directão daquela organização de classe, os quais convocaram, por telegrama, os delegados sindicais para um plenário propagandístico da central-proveta UGT».

● **Paralisação na AC** — Depois da paralisação da última quinta-feira, que atingiu uma percentagem superior a 90 por cento, excluindo o sector dos escritórios, os 1 700 trabalhadores da AC-Arquitectura e Construção prevêm novas paralisações, inclusive para hoje, se entretanto a situação não evoluir favoravelmente à sua reivindicação do pagamento dos salários que não recebem desde Outubro de 1978.

Encontro sobre cultura física e desporto

Uma centena de iniciativas previstas até ao fim do mês

As últimas semanas assinalaram importante salto qualitativo nos trabalhos preparatórios do Encontro Nacional das Organizações do PCP sobre Cultura Física e Desporto, agora definitivamente marcado para os dias 3 e 4 de Março, na Voz do Operário, em Lisboa, tudo indicando que a iniciativa virá a alcançar assinalável êxito, testemunhando mais uma vez o empenhamento dos comunistas em, unidos com todos os democratas, dar uma contribuição positiva para a resolução dos problemas nacionais.

Do Minho ao Algarve, têm-se realizado dezenas e dezenas de iniciativas integradas na preparação do Encontro, incluindo colóquios e debates, projecções de filmes, reuniões de esclarecimento e sessões de propaganda.

Destaque especial deve ser dado às inúmeras provas desportivas realizadas e programadas, desde o futebol e o atletismo ao xadrez e às damas, com grande participação popular (o torneio de xadrez no âmbito da DORL é o segundo, em número de participantes, jamais realizado em Portugal), levando assim à prática uma concepção da cultura física

e do desporto aberto às amplas massas e integrados na formação integral do indivíduo.

Notável recuperação

No decorrer da reunião da Comissão Organizadora Nacional, realizada no passado sábado no CT da Rua Soeiro Pereira Gomes, em Lisboa, com a presença de representantes de todas as organizações sindicais e da juventude, foi dada uma vasta informação acerca dos trabalhos preparatórios em curso e definidas as principais linhas de orientação para as tarefas das próximas semanas.

Verifica-se que, não obstante continuarem a registar-se alguns atrasos

aqui e além, o balanço geral da preparação do Encontro é francamente positivo, sendo de assinalar a notável recuperação conseguida em algumas regiões, por exemplo do Porto, onde ainda há algumas semanas os trabalhos preparatórios estavam praticamente no ponto zero.

Presentes à reunião, estiveram também membros dos grupos de trabalho que, na fase de lançamento do Encontro, colaboraram com a Comissão Executiva. No período que agora se inicia espera-se novamente uma activa participação destes camaradas, de cujo interesse e saber muito dependerá o êxito do Encontro.

Os representantes das organizações regionais e da juventude informaram acerca das diversas iniciativas programadas até ao fim do mês, as quais, no total e em todo o país, ascendem a cerca de uma centena. Este número dá bem uma ideia do interesse que o Encontro está a suscitar e deixa prever a mobilização que ainda vai ser possível conseguir.

Discutir o documento base

No decorrer da reunião da Comissão Nacional foi sublinhado que, para além das diversas iniciativas de propaganda e divulgação, é essencial centrar agora os trabalhos preparatórios na discussão e melhoramento do documento base já em poder das organizações, de modo a que o texto, nas análises que contém e nas propostas que avança, possa verdadeiramente corresponder às aspirações e anseios de que todos os que, comunistas ou não, estão interessados em contribuir para a resolução dos problemas da cultura física e do desporto no nosso país.

Neste sentido, é importante assinalar mais uma vez a necessidade de desenvolver um amplo trabalho unitário, de abertura e diálogo com todos os democratas directa ou indirectamente ligados com estes problemas. Em algumas organizações esta direcção de trabalho está já a alcançar assinalável sucesso, como é o caso da DORSA, onde, em

determinadas localidades, nomeadamente em concelhos de zonas consideradas «difíceis», grande parte da dinamização dos trabalhos preparatórios está a assentar na participação activa de democratas não filiados no PCP.

Recorde-se, entretanto, que termina no próximo dia 23 o prazo para o envio à Comissão Executiva das propostas de alteração ao documento base.

As tarefas de propaganda

No que se refere à propaganda do Encontro assinala-se que já foi elaborado e distribuído um novo folheto de divulgação, assim como um cartaz e uma nova edição do autocolante. Estas iniciativas centrais, porém, devem ser acompanhadas, a âmbito local, por um esforço paralelo das organizações no sentido de elaborar materiais (cartazes, tarjetas, panos, etc.) que respondam às próprias necessidades e contribuam para a divulgação do Encontro e dos seus objectivos junto da opinião pública.

A este propósito, é de destacar a iniciativa dos bancários comunistas de Lisboa, que vão decorar a fachada do respectivo CT com um painel alusivo ao Encontro.

Refira-se ainda que estão adiantados os preparativos para a realização do próprio Encontro, encontrando-se inclusivamente já em funções uma comissão técnica encarregue de estudar as diversas tarefas de implantação na Voz do Operário.

Conforme temos vindo a noticiar os trabalhos do Encontro decorrerão em plenário e em secções. Estas dirão respeito aos seguintes temas, relacionados com a cultura física e o desporto: trabalhadores; ensino; associativismo e desporto popular; autarquias; planeamento e política orgânica; saúde; infância; juventude; mulher; comunicação social; desporto de alta competição; construções e equipamento; ideologia; legislação; formação e investigação científica; reformados; deficientes.

Entretanto, estão a envidar-

encontro nacional das organizações do PCP sobre Cultura Física e Desporto 3 e 4 de Março 1979 Lisboa



Cultura Física e Desporto Direito do Povo

-se esforços para que no dia 3 à noite (sábado) se realize na Voz do Operário uma sessão cultural e de convívio, aberta

à participação das centenas de delegados e convidados virão de todos os pontos do país.

Actividades em todo o país para preparação e divulgação do Encontro

Integradas nos trabalhos de preparação e divulgação do Encontro, estão marcadas para os próximos dias, entre outras, as seguintes iniciativas:

DORN

No sábado realiza-se em Guimarães um torneio de futebol, estando também programado um colóquio seguido de debate sobre cultura física e desporto. Numa colectividade popular de Campanhã (Porto) decorrerá ainda nesta semana uma sessão pública. No dia 23 à noite haverá um colóquio-debate em Braga. Em Viana do Castelo, Ponte de Lima e no Porto ocorrerão brevemente iniciativas idênticas.

DORB

Amanhã realiza-se uma sessão pública no salão das

Piscinas em Espinho e outra na Figueira da Foz. No sábado haverá uma iniciativa do mesmo género em Odivelas e Azeméis. Brevemente (dia 21, ou 22 ou 23) ocorrerá na Covilhã uma jornada de divulgação do Encontro aberta à população. No dia 23, será notícia em Coimbra o colóquio-debate a efectuar no salão das Piscinas Municipais.

Amanhã, às 21 e 30, haverá um colóquio na Sociedade Filarmónica «10 de Agosto», na Figueira da Foz, com a participação de Jorge Araújo, treinador de basquetebol do F. C. do Porto.

DORLEI

No sábado há um torneio de Xadrez e outro de ténis de mesa na Marinha Grande. No domingo, prossegue na Marinha o torneio de ténis de mesa, havendo ainda provas de atletismo (para todas as idades e com entrega de

diplomas) e um colóquio. Nesse mesmo dia realizam-se duas provas de corta-mato: uma em Peniche e outra nas Caidas da Rainha. Na vila de Peniche decorrerá ainda no domingo um colóquio-debate. O futebol vai mobilizar, certamente, muitos camaradas e amigos no dia 25 (domingo), no Bombarral. Para breve, estão previstas sessões públicas com passagem de filmes em Leiria, nas Caidas, Alcobaca e Bombarral.

DORSA

No próximo dia 24 há um torneio de futebol em S. Vicente do Paul (Santarém). Entretanto, estão previstas iniciativas diversas em Moçárria, Alcanchões, Vale de Santarém, Pernes, Chamusca (atletismo e futebol) e Alcanena (filme e colóquio). Brevemente, a Comissão Distrital de dinamização do Encontro reunirá com a Comissão de Abrantes.

DORL

Prossegue a fase final no Torneio de Xadrez, no CT Vitória; no próximo fim-de-semana realizam-se jornadas com início às 15 e 30; no dia 21 às 20 e 30; e no dia 24 às 15 e 30. No domingo realiza-se em S. Iria de Azoia uma sessão pública com o camarada Homero Serpa, estando marcada para o dia 24 uma grande jornada gimnodesportiva. A parte da manhã será dedicada ao Ano Internacional da Criança (haverá desporto infantil, largada de pombos, etc.) e a parte da tarde será preenchida com a realização de um jogo de futebol, a apresentação de uma classe de ginástica da «Magalhães Lima», bandas de música, etc.

No próximo fim-de-semana há um torneio de futebol em Odivelas. Nas iniciativas a realizar no concelho de Loures será distribuído um jornal com informação diversa, em particular sobre o papel do desporto e da cultura física. Na Amadora, no dia 17, haverá

uma sessão pública. No dia 20, reúnem-se os camaradas que fazem parte das direcções dos Grupos Desportivos dos trabalhadores bancários. Brevemente, o Organismo dos Bancários realizará, um colóquio-debate. No domingo, o Sector Intelectual organiza uma prova de corta-mato e no dia seguinte reúne-se para discutir o documento base. No mesmo dia, realiza-se a partir das 15 horas, nas instalações do ISEF (Cruz Quebrada), uma importante reunião especialmente destinada a todos os professores de Educação Física. Esta iniciativa, amplamente unitária, é promovida por uma comissão de que fazem parte Sousa Santos, Berta Sequeira da Silva, Carlos Abreu e Hélder Fontes.

DORS

No próximo dia 21 há um plenário em Almada para debate de dois documentos apresentados por amigos não filiados no Partido. Está programada a realização no concelho de torneios abertos

de damas e ténis de mesa, além de provas de atletismo. No sábado reúnem-se em Setúbal para discussão do documento base camaradas e amigos de comissões de trabalhadores, comissões de moradores, colectividades, sindicatos e clubes populares. Na altura serão também analisados os problemas que se relacionam com a actividade desportiva no concelho. Em Santiago do Cacém está em perspectiva um torneio de xadrez. Na Fisipe e na CP (Barreiro) decorrerão brevemente torneios desportivos abertos, e na Sidrigaria e na Mundet (Setúbal) haverá um torneio de futebol e colóquios.

No sábado, realizam-se no Clube de Campismo em Setúbal duas jornadas de divulgação do Encontro, numa iniciativa da Comissão Concelhia do PCP: a primeira inicia-se às 10 horas e a segunda às 14 e 30.

DORA

No domingo realiza-se a partir das 10 horas em Évora

projectam levar a efeito um torneio de futebol nos próximos dias.

Juventude

Nos dias 1 e 2 de Março realiza-se no Porto uma iniciativa conjunta da UEC/UJC especialmente destinada à juventude estudantil universitária. No próximo domingo, disputam-se os quartos de final do torneio de futebol de 5 organizado pelo jornal «Juventude», órgão central da UJC, no ringue do Desportivo Olivaleiro e Moscovite, englobando os seguintes concelhos: GD Atletismo - «Os Unidos» (10 horas), Arco Bandeira - «Cabilense» (10 horas), CA Artibeiros-Pulos do Vizagão (11 horas) e Diário de Lisboa - SA Aeronaves. Para Santarém e Queluz estão previstas provas de corta-mato; para Amadora, um colóquio; para Lisboa, uma grande prova de atletismo para o distrito de Évora, um torneio de futebol inter-UJC

Objectivos da reacção denunciados por Dias Lourenço no comício do Barreiro

A sala de «Os Penicheiros» encontrava-se completamente cheia na noite de sexta-feira passada, durante o comício promovido pela Comissão Concelhia local do PCP, integrado na Campanha de Fundos para o novo Centro de Trabalho do Barreiro, durante o qual tomou a palavra o camarada Dias Lourenço, membro da Comissão Política do Comité Central, analisando a actual situação política.

Referindo-se ao Governo de Mota Pinto, cuja política se insere numa campanha global de reacção para liquidar o regime democrático, o director do «Avante!» sublinhou que tal

política, no seguimento das adoptadas pelos governos anteriores, não pode resolver os grandes problemas nacionais que, tal como os outros, também este Governo está votado ao fracasso.

A instauração rápida de formas mais brutais de recuperação capitalista, acarretando o decréscimo dos salários reais e aumentando o desemprego, entregando aos capitalistas indemnizações e destruindo a Reforma Agrária, foram alguns dos objectivos da reacção que o dirigente comunista apontou detendo-se sobre os números que traduzem a política dos últimos

governos contra a Reforma Agrária: 3 mil trabalhadores no desemprego em consequência da entrega de terras de 100 mil hectares de terras, da destruição de 24 Unidades Colectivas de Produção, do roubo de 20 mil cabeças de gado e de 1200 máquinas.

Esta política — afirmou Dias Lourenço — está a encontrar resistência dos heróicos trabalhadores da Reforma Agrária.

Mais adiante, o camarada debruçou-se sobre a situação dos partidos de direita cuja política o Governo segue, embora a não apolem expressamente por ser impopular, e sobre os que estão

interessados no prosseguimento desta política para, colocando-se na oposição, atingirem os seus fins eleitorais. Dias Lourenço referiu-se à contemporização dos dirigentes do PS que preferem não tomar atitudes firmes contra o Governo de Mota Pinto.

Antes da intervenção do director do «Avante!», abriu o comício um membro da Comissão Concelhia do Barreiro, referindo-se aos objectivos da Campanha de Fundos, falando seguidamente o camarada da Célula dos Ferroviários, que descreveu de modo vivo o decorrer da Campanha na célula. No final actuou um grupo de Canto Livre.

Reforçar a luta — uma das orientações do Secundário da UEC

Num ambiente de grande entusiasmo, decorreram instalações do Liceu António Nobre, no passado domingo, a segunda Assembleia de Militantes do Ensino Secundário do Porto da União dos Estudantes Comunistas. Cem delegados discutiram as tarefas e se colocam aquela organização e elegeram o organismo de direcção, integrado por 22 membros

Além de uma delegação do Partido, constituída pelos camaradas Angelo Veloso, membro da Comissão Política do CC, Avelino Gonçalves, suplente do CC e membro da DORN, e Emídio Ribeiro, membro da DORN, presenciaram os trabalhos cerca de 150 convidados e representantes da UJC, dos Pioneiros de Portugal e da Juventude Socialista.

Nas trinta intervenções dos delegados e no relatório aprovado durante a Assembleia, foi patente o empenho dos militantes da UEC em contribuir para o reforço da sua intervenção no movimento estudantil e nas iniciativas juvenis, para

o aumento do número militantes e intensificação política dos estudos comunistas.

Uma tónica muito forte a da necessidade e do reforço da unidade estudantil e do combate ao sectarismo. Nesse sentido, o documento final da Assembleia, que, com o carácter de programa, teria sido possível mais vitórias em eleições e nos conselhos Distritais e Pedagógicos caso tivessem sido estabelecidos programas comuns e não se tivesse manifestado posições sectárias.

Frisando que a unidade constrói no trabalho — «com todos os nossos

Agenda

Dia 15, Quinta-feira

Cova da Piedade, no Centro de Trabalho, às 21 horas, assinalando o aniversário do «Avante!», sessão de esclarecimento com o camarada Ruben de Carvalho, chefe de redacção do «Avante!».

Dia 16, Sexta-feira

Porto, às 21 e 30, sessão de esclarecimento, na sala do grupo de moradores «Mocidade da Arrábida». • Lisboa (Campolide): o núcleo de Bela Flor realiza uma sessão de esclarecimento no âmbito do Encontro sobre Cultura Física e Desporto.

Dia 17, Sábado

Murtal, (Paredes), às 21 e 30, sessão de esclarecimento na Sociedade Musical Murtalense, com a camarada Alda Nogueira, do Comité Central. • Braga, às 21 e 30, sessão de esclarecimento no Liceu Sá de Miranda, com o camarada Angelo Veloso, membro da Comissão Política do Comité Central. • Estoril, às 17 horas, sessão de esclarecimento na Associação de Moradores de Alibá. • Costa de Caparica, às 21 e 30, na Casa dos Pescadores: pelo aniversário do «Avante!», sessão de esclarecimento com o camarada Ruben de Carvalho, chefe de redacção do «Avante!». • S. Romão, às 21 horas, sessão de esclarecimento com o camarada Dias Lourenço, membro da Comissão Política do Comité Central. • Laranjeiro, no Centro de Trabalho, às 21 horas: pelo aniversário do «Avante!», sessão de esclarecimento com o camarada Fernando Correia, subchefe de redacção do «Avante!».

Dia 18, Domingo

Leiria, às 15 horas, 1.º Encontro Concelhia de Mulheres Comunistas com a presença do camarada Francisco Lanchinha, do Comité Central. • Barca d'Alva (Figueira de Castelo Rodrigo) grande festa popular com a presença do camarada Dias Lourenço, membro da Comissão Política do Comité Central. • Corroios, às 14 horas, Assembleia de Freguesia no Ginásio Club de Corroios.

Camaradas falecidos

ARNALDO ROSA PAIS — Vítima de doença, faleceu no Porto no passado dia 1 do corrente, o camarada Arnaldo Rosa Pais, de 44 anos de idade, alfaiate, que militava na Organização de Freguesia de Codófeita, do Partido Comunista Português.

DUARTE MARQUES CORDEIRO — Com 49 anos de idade, natural de Trafaria, faleceu o camarada Duarte Marques Cordêiro no passado dia 11 do corrente, após grave doença. Pertencia à Célula do PCP da Administração Geral do Porto de Lisboa.

JOSE ANTÃO — Bastante conhecido na cidade de Faro onde residia e era comerciante, faleceu no

passado dia 12 deste mês o camarada José Antão com 52 anos de idade.

JOSÉ JOAQUIM ANUNCIACÃO — Faleceu em 29 de Janeiro passado o camarada José Joaquim Anuniação, carpinteiro em São João da Pesqueira.

ARMANDO NUNES NASCIMENTO — Operário tipógrafo, faleceu o camarada Armando Nunes do Nascimento no passado dia 6 de Janeiro, vítima de atropelamento. Este camarada era membro do OTIG e do Comité Local de Lisboa e o seu funeral, realizado no dia 11, teve a presença de vários camaradas daqueles organismos do Partido.

Actividades do Partido

• **Confraternização em Penacova** — No passado domingo, a Comissão Concelhia de Penacova do Partido Comunista Português promoveu um convívio aberto a todos os democratas de Penacova. Mais de 300 pessoas confraternizaram, sendo de salientar a participação de muitos jovens e menos jovens, em ambiente fraterno. Actuaram nesta jornada o Grupo Coral e o Grupo de Cantares do Ateneu de Coimbra. Este convívio unitário, em que se juntaram indiscriminadamente comunistas, socialistas e outros democratas, veio mostrar a muitos dos presentes a alegria e a confiança com que os militantes do PCP encaram a vida, apesar das dificuldades do momento.

• **Amendoiras em Flor** — «Amendoiras em Flor» é o nome que foi dado à grande festa que a Comissão Distrital da Guarda do Partido Comunista Português promove em Barca d'Alva, Figueira de Castelo Rodrigo, com a participação das Organizações do Norte do Distrito da Guarda do PCP, prevista para o próximo dia 18. A festa, que contará com a presença do camarada António Dias Lourenço, membro da Comissão Política do CC do Partido e Director do «Avante!» e também com um Canto Livre em que participam

José Barata Moura, Adriano Correia de Oliveira, Brigada «Victor Jara», Suzy Quaresma, Carlos Pedro e Guto de São Romão. Provas desportivas — 1500 e 1800 metros, jogos para todos —, corridas de sacos, jogo do galo, etc., grande exposição do Livro do Disco, exposições de artesanato de Gonçalo, comes e bebes, são vários dos atractivos desta festa que é já rodeada de grande entusiasmo. Há excursões que se organizam em Manteigas, Seia, Gouveia, Guarda, Gonçalo e Foz-Côa para visitar Barca d'Alva na altura das «amendoiras em flor».

• **Campanha em Casebres** — Tendo-se iniciado em 1 de Janeiro a Campanha dos 160 contos para a compra do Centro de Trabalho de Casebres, Alcácer do Sal, no final do primeiro mês já se tinham alcançado mais de 20 contos. A verba que constitui a meta desta Campanha é, para a aldeia de Casebres, uma soma que exige grande empenho da organização local e dos trabalhadores simpáticos do Partido, já que a população é apenas de poucas centenas — 492 censensados — e a maior parte constituída por trabalhadores agrícolas que vivem com dificuldades. No entanto os moradores desta aldeia, na sua maioria trabalhando na Cooperativa Agrícola de Casebres e construindo

a Reforma Agrária, conseguirão, com o seu espírito criador e dedicação ao Partido que é o seu, atingir a meta. Desde a Festa de passagem de ano até às variadas iniciativas, às listas dos «Amigos dos 500 escudos» e dos «Amigos dos 1000», aos leilões e às rifas, a Campanha avança. Neste momento é um verdadeiro cabaz do Natal que se prepara e que ganha popularidade sobretudo entre os ranchos das mulheres. Trata-se de enchê-lo e rifá-lo depois. Em Casebres a Campanha de Fundos está na ordem do dia.

• **Célula da Siderurgia — Mala** — Realizou-se em 28 de Janeiro passado uma Assembleia de Célula da Siderurgia Nacional na Maia. No decorrer dos trabalhos foi apresentado à discussão e votação o relatório de actividades elaborado pelo secretário, que assinala o grande esforço organizativo empreendido de há quatro meses para cá, considerando no entanto que se torna indispensável continuar a trabalhar para o reforço da organização da célula. Depois de analisar os variados aspectos do trabalho dos comunistas, o documento propõe uma série de decisões para melhorar a actividade, incidindo sobretudo em medidas de carácter estrutural.

• **Figueira da Foz** — Os últimos dias, no concelho da Figueira

da Foz, registaram várias sessões de convívio e de esclarecimento organizadas pelos comunistas e nas quais participaram muitos outros democratas. Assim, mais de 250 pessoas assistiram à sessão em que participou, em Buarcos, o camarada Joaquim Gomes, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do PCP e na qual actuou o grupo do Ateneu de Coimbra. Em Carrizos, uma centena de pessoas assistiu à sessão que ali se realizou. Na Costa de Lavos estiveram 150 pessoas. E em Lares mais de 400. Em todas estas sessões participaram «Os Galés», grupo musical de Setúbal.

• **Festa na Amadora** — No passado sábado foi dia de festa na Amadora. Mais precisamente noite de festa, organizada pelos comunistas para encerramento da sua campanha de Fundos. O Pavilhão da Académica recebeu novamente a animação dos militantes e dos amigos do Partido, que ouviram a dada altura a intervenção do camarada Marques Pedrosa, deputado do PCP na Assembleia da República, que se referiu especialmente aos esforços desenvolvidos pelo Partido Comunista Português e pela APU no sentido de se concretizar, a contento das respectivas populações, a passagem da Amadora a concelho.

Campanha da UEC — anunciou o camarada

Temos a grande alegria de anunciar que o entusiasmo e a combatividade das organizações e militantes do Ensino Secundário venceram todas as barreiras e dificuldades, e decorridos que são 4 meses, foram recolhidos 2200 contos, isto é, mais 68 por cento da meta nacional a atingir!

As palavras são do camarada José Moreno, do Executivo da Comissão Central da UJC e foram proferidas, num ambiente de grande entusiasmo e vibração, no decorrer da festa realizada no passado domingo, no pavilhão do Clube Atlético de Campo d'Ourique (CACO), em Lisboa, para assinalar o encerramento e o grande êxito da



Um almoço de convívio em Santa Iria de Azóia

Há amizade na tarde que começa. No largo, camaradas e amigos preparam as coisas, enchem uma carrinha.

— *Falta um saco — diz a mulher.*

Um jovem, ex-socialista, conversa conosco. Vamos para um almoço de campanha de recolha de fundos. O Centro de Trabalho de Santa Iria de Azóia precisa de ser ampliado e as formas de unir as pessoas também são boas para chegar à verba marcada como meta.

— *Ainda não começámos a Campanha há um mês e já vamos nos cento e sessenta contos — informa um camarada.*

Seguimos em grupo pela estrada, para um lugar que fica aproximadamente a dois quilómetros. Lá em baixo está a auto-estrada e, mais longe, o rio. No dia instalá as nuvens carregadas sobre a terra.

A alegria de estar ali, ao lado dos camaradas, dos operários e operárias, dos empregados, das mulheres e das crianças, toma mais vivo o desejo de sentir à mesa, de ouvir as conversas, aquele rumorejar pleno de confiança. Mas ainda temos de esperar. Quando chegámos já estavam muitos por ali sentados, grupos de homens e mulheres que sabem quanto custa o dia-a-dia nas fábricas de beira-rio.

A entrada da casa um camarada toma conta das listas de inscrições. Cada um paga o seu almoço e entrega pratos e outros utensílios importantes para pôr a mesa. Na zona dedicada à cozinha camaradas trabalham atentamente com as panelas. Lá fora, no largo, falamos da situação política.

— *O «ministro de propaganda» disse hoje que o imposto é de 50 ou 60 por cento sobre o subsídio de Natal. O que vale é que, quando vier essa altura, já ele largou a pasta por inteiro.* Chega o camarada Jerónimo de Sousa, deputado comunista à Assembleia da República e, daí a pouco, vamos almoçar. A dado momento ele fala de como se cresce para a luta no seio da classe operária.

— *Ainda rapazes, começámos a ler «A Mãe». Esse camarada que mandou a garrafa para ser lida, lá do Brasil, foi quem me deu as primeiras explicações da vida política.*

A garrafa de aguardente de cana acabou por subir a mil escudos, em lances onde um camarada idoso, sentado à mesa, sobressaía. Depois de arretratada, ofereceu-a ao Partido e novamente ela subiu a mil escudos, foi mais acima. Na mesa o camarada idoso

parecia emocionado, talvez lembrando-se de um velho companheiro. Todos mostravam respeito por aquela oferta, de um comunista longe de Santa Iria, emigrado no Brasil mas de coração ali na festa.

Antes do leilão, no final de um almoço onde o borrego e o coelho tinham sobejado, Jerónimo fizera uma intervenção política que tinha anotado à mesa.

Operário metalúrgico, que escrevia com a mão esquerda, dizia-nos enquanto reunia ideias:

— *É muito difícil escrever, camarada. Qual o quê? Pelos resultados se viu que não era nada. No meio daquela confraternização cheguei a lamentar-me e a camarada não pudesse almoçar sem ter de estar a pensar tão a fundo no que iria dizer. Parava de comer para dar mais um jeito, uma ideia que era desenvolvida. Quando se ergueu para falar todos entenderam que chegara o momento de debruçar colectivamente a atenção sobre a situação em que vivemos.*

As crianças estavam atentas. Os adultos sublinhavam com expressões de revolta tudo o que o camarada disse até certo ponto e depois os rostos ampliaram-se numa sensação de confiança, quando Jerónimo falou no presente, da luta e do futuro do Partido. A esperança nunca deixa de latejar dentro dos comunistas. Uma terra que chegou a ter sessenta presos políticos no tempo do fascismo continua a servir de guia, a confiar até sempre na revolução socialista.

— *Quando era das eleições contava-se pelos dedos os fascistas que iam votar. A gente punha-se a observar; de tempos a tempos vinha um como se fosse cometer mais um crime. E lá. Não, que Santa Iria é terra revolucionária e eles não tinham a consciência tranquila.*

Ainda é o camarada Jerónimo quem recorda momentos bons de um passado que desejamos enterrar para sempre. Acerta altura, com transmontano, nascido em terras que dantes viviam na grande escuridão, não me conteno a digir:

— *Tiveste sorte em ter nascido em Santa Iria, camarada. Conto-lhe coisas da nossa infância, de crianças sem uma luz a apontar o caminho. Quando lhe ouço dizer que o camarada hoje emigrado no*

Brasil foi quem lhe deu as primeiras explicações, recordo um velho combatente da guerra de Espanha, natural da minha terra, sempre perseguido e sem emprego. Nós, crianças, não percebíamos a razão. Também não compreendíamos porquê o pai de um companheiro de escola era preso de tempos a tempos pela PIDE. Só muito mais tarde, com as primeiras leituras, muitas vezes isoladas, nos chegaram alguns lampejos acerca da realidade dolorosa que atravessávamos. Havia uma longa distância entre Santa Iria e Três-os-Montes, naquele tempo. Distância que hoje fica cada vez mais pequena.

E também lhe queria falar da primeira viagem a Lisboa, de quando o comboio rompeu o nevoeiro da manhã por entre fábricas, depois de Vila Franca. Uma confusão tamanha, aqueles monstros cheios de tubos, de aço, de fumo. Vinha de onde não havia fábricas e tive receio da paisagem cinzenta e estranha. Ao mesmo tempo os grupos de operários que iam para o trabalho suggestionaram-me.

Mais esquecerei aquela manhã; um desejo de aproximação, de conhecimento, misturado com medo, porque não dizê-lo. Hoje, já lá vão dezassete anos e de transmontano com medo de fábricas transformei-me, graças ao Partido, em amigo e companheiro de luta de milhares de operários. Conheço muitos pelo nome, desde 1969. Nas zonas de Santa Iria e Vila Franca dei os primeiros passos em reuniões, em coloquios, em encontros, em trabalho político onde se foi dissipando a confusão milenária, trazida das terras onde hoje o Partido cresce de influência e se torna fundamental para qualquer avanço.

Na tarde, com os camaradas, sentimos a solidão de estarmos vivos

— *Aquele que ali está, o que arrematou uma garrafa por sessenta escudos, há tempos ainda era socialista. Hoje está no Partido — diz Casimiro.*

E olhe o rosto do novo camarada. Sim, aquele rosto aberto não podia ficar no meio da traição e da mentira. É um rosto nosso. Vejo-o sentado à mesa, no meio de homens e mulheres sorridentes, e a sua expressão calma, de quem encontrou o caminho, enquadra-se no ambiente que nos rodeia e que continuará pelo dia fora.

Um camarada

Intensificar trabalhos preparatórios do Encontro sobre Problemas dos Quadros Técnicos

A Comissão Nacional Organizadora do Encontro do PCP sobre os Problemas dos Quadros Técnicos voltou a reunir, no passado sábado, em Lisboa, com a participação de camaradas vindos de todo o país.

A reunião fez um balanço detalhado do estado de preparação do Encontro nas diversas Organizações Regionais, tendo-se verificado um debate rico de indicações sobre os temas A, relativos aos problemas socioprofissionais dos Quadros Técnicos (QT). Foram ainda abordadas algumas das principais questões relativas à realização final do Encontro em 24 e 25 de Março.

Embora continuando a verificarem-se atrasos e deficiências que urge superar rapidamente, constatou-se que muito trabalho preparatório se encontra já realizado, sendo agora necessário, na fase final da preparação do Encontro, impulsionar mais decididamente as reuniões e debates abertos, suscitar a colaboração e a contribuição mais intensa de quadros técnicos não comunistas, prosseguir a elaboração de monografias sobre a situação e problemas dos QT ao nível de empresas e sectores.

Foi também acentuada a urgência no apuramento de opiniões e sugestões concretas sobre os textos em discussão e, nomeadamente, sobre as situações mais candentes anunciadas no documento-síntese sobre os problemas de natureza socioprofissional dos quadros técnicos.

Quadros Técnicos: que problemas?

A Comissão Nacional divulgou, entretanto, um folheto sobre o Encontro, do qual extralamos o seguinte texto:

São muitos, variados e complexos os problemas com que os QT's se defrontam.

Por um lado, existe toda uma gama de problemas

socioprofissionais: o emprego e o subemprego, a situação salarial, a carreira profissional e a reciclagem, os problemas do sindicalismo e do associativismo profissional, as relações dos QT's com os outros trabalhadores, etc.

São problemas próprios e também de inter-relação com os outros trabalhadores. São problemas cujo estudo deve também ser aprofundado pelos quadros técnicos de forma a que as suas soluções apareçam no quadro de direitos e deveres, e não sejam determinadas pelo acaso das situações conjunturais.

Colocados malevolamente como em oposição às perspectivas e anseios dos restantes trabalhadores, são pelo contrário da mesma natureza, e devem ser assumidos com a consciência que só o seu

e social, ao assumir da sua responsabilidade, à maximização da utilidade e rendimento do seu trabalho, ao reconhecimento social da importância do seu contributo para o processo produtivo, às perspectivas que lhes são abertas pelo programa de desenvolvimento económico e social inscrito na Constituição de Abril. Tal gama de importantes problemas, que abordam ou situações específicas de intervenção nos grandes sectores de actividade em que a acção dos QT's está integrada, ou os problemas relativos ao grande esforço nacional para sair da crise, são temas que pela sua complexidade reclamam dos quadros técnicos a contribuição valiosa que está ao seu alcance. A sua realização como o profissionais e cidadãos permite ter a certeza que tal é um conjunto de problemas que muito preocupa os QT's.

Próximas iniciativas

- Fevereiro
Dia 17 — Porto, plenário dos QT do Norte
- Março
Dia 2 — Aveiro, sessão aberta para divulgação do Encontro
Dia 3 — Lisboa, no Centro de Trabalho de Alfama, reunião de QT's do distrito
Dia 5 — Setúbal, Encontro de QT's da Reforma Agrária do distrito
Dia 9 — Barreiro, Encontro Concelheiro de QT's.

conhecimento profundo

Por outro lado existem todos os problemas ligados ao melhor aproveitamento das capacidades técnicas, científicas e de decisão dos QT's, à sua mais completa realização profissional

Para identificar, estudar e compreender os problemas dos QT's está, no âmbito do EQT, a trabalhar-se em várias frentes, seguindo métodos diversificados com uma orientação voltada para o aproveitamento da

encontro nacional do PCP sobre os problemas dos Quadros Técnicos



24-25 Março 1979

OS QUADROS TÉCNICOS E A SOCIEDADE DEMOCRÁTICA

Os quadros técnicos constituem uma vasta camada social com enorme importância na vida nacional. São quadros técnicos com formação superior não mais de 35 000 — a fazer lá nos números disponíveis alargando-se consideravelmente este número ao considerar-se outros tipos de formação não superior. Os quadros técnicos, independentemente do seu tipo de formação, mas pelos seus conhecimentos e grau de intervenção nos domínios técnico, científico, administrativo, de organização e gestão, têm um papel de grande relevo no sector produtivo, na vida nacional.

É uma camada social muito heterogénea, que pela natureza das suas funções, vive paradas meias com classes sociais distintas (com os operários e empregados nas fábricas e serviços, com os pequenos, com os grandes capitalistas). Tal situação relativa, bem como a sua própria situação face às relações de produção determinam que os QT's adquirem em alguns casos o estatuto social de duas classes.

No seu conjunto os QT's, que têm problemas e anseios próprios e característicos da sua situação na sociedade, estão submetidos a pressões cada vez maiores no sentido do assalariamento, gerando-se desta forma situações que os colocam em múltiplos aspectos — necessidades, problemas e perspectivas — face à luta por um



Já se encontra em distribuição nas organizações do Partido o folheto de divulgação do Encontro. Agora é indispensável fazê-lo chegar sobretudo a muitos quadros técnicos que, não sendo comunistas, podem e devem contribuir com a sua opinião para uma mais ampla discussão dos temas em debate

capacidade de cada um e de todos os que estão envolvidos na preparação do Encontro. Assim, por locais de trabalho (Ministérios, Empresas Públicas, Autarquias, PME's, etc.), por grandes sectores da actividade económica (sector nacionalizado, sector agrícola, sector privado, etc.), ou por grupos profissionais específicos, tem-se procurado analisar no concreto os problemas socioprofissionais e os outros problemas dos QT's.

No conjunto de trabalhos já produzidos tem-se procurado identificar os pontos comuns e os aspectos contraditórios, incentivar a discussão em torno de sínteses preliminares, colher críticas e sugestões, enriquecer o trabalho já feito.

O EQT pretende ainda sublinhar o papel relevante dos QT's no grande esforço nacional para a saída da crise através da sua competência e do seu saber, aliados à competência e ao saber, à experiência, à criatividade e ao empenhamento dos restantes trabalhadores. Os QT's têm interesse objectivo em contribuir para a estruturação e desenvolvimento da sociedade democrática e o Encontro sobre os Problemas dos Quadros Técnicos contém um apelo à colaboração de todos os democratas que queiram participar ao lado dos QT's comunistas na pesquisa, no estudo e nas propostas de solução dos problemas que afectam os Quadros Técnicos portugueses.

a pela unidade!

2ª Assembleia em Porto



A mesa que orientou os trabalhos da 2.ª Assembleia de Militantes da Organização do Ensino Secundário da UEC do Porto

que, independentemente da sua maneira de pensar, estão dispostos a avançar, têm iniciativa e são empenhados», o documento aprovado pelos delegados sublinha a necessidade de serem estabelecidos contactos com os estudantes socialistas para fazer a unidade «em torno daquilo que nos é comum».

Acerca da UDP e de outros grupos esquerdistas, que tentam aparecer como «unitários» e procuram

colar-se às listas e processos dinamizados pela UEC, a Assembleia de Militantes do Porto acusa-os, no seu documento final, de estarem «apostados em radicalizar posições e em empurrar estudantes para a direita. (...) A UDP, embora existam nela alguns estudantes honestos e sérios nos seus objectivos, é uma organização que sistematicamente usa a confusão e a intriga, que escolhe como inimigo principal a UEC».

UEC atingiu 2200 contos!

Adoreno na festa realizada no CACO

conquistas da Revolução e dos interesses da juventude».

«Entre as necessidades inadiáveis», disse o dirigente da UEC, «avultavam, por um lado, a resolução de problemas financeiros, e por outro lado, melhorar o aparelho técnico da organização».

Calorosamente aplaudido pelas centenas de jovens presentes, o camarada José Moreno afirmou mais adiante, referindo-se ao andamento da Campanha: Ao fim do primeiro mês tinha-se

atingido 30 por cento da meta nacional; um mês depois subia para 64 por cento; ao fim do terceiro mês atingia já 1293 contos, isto é, 86 por cento; no quarto e último mês, o mês da arrancada final, os 1500 contos foram não só atingidos, como ainda ultrapassados até aos 2200 contos! Todas as organizações regionais da UEC ultrapassaram largamente as metas que marcaram. Não podemos deixar de referir aqui o contributo entusiástico de regiões como as ilhas que quase atingiram os 200 por cento da meta que marcaram, as organizações do distrito de Lisboa e das Beiras com cerca de 160 por cento, a organização do Algarve e a Comissão Nacional com 135 por cento, e ainda as organizações do Oeste e Ribatejo, do distrito de Setúbal, do Norte e do Alentejo que atingiram cerca de 120 por cento das metas iniciais.

Ao referir que a Campanha se desenrolou num período da vida do país caracterizado pela ofensiva da direita contra as conquistas de Abril e contra o regime democrático, afirmou, nomeadamente: Esta grande ofensiva é desencadeada por todas as forças reacţionárias,

sem que o PS tome uma atitude clara e firme, como se impunha. Nesta ofensiva aparece com destaque a acção do Governo Mota Pinto/PPD, uma vergonha de Governo, de quem o próprio PPD parece querer agora descartar-se.

Prosseguindo, salientou o camarada José Moreno: Uma feroz política antipopular a nível nacional atingiu as nacionalizações e a Reforma Agrária, atinge as condições de vida de todo o povo, como o provam os recentes aumentos de preços e a criação de novos impostos sobre os trabalhadores; não resolve os problemas nacionais, antes os agrava ainda mais. Mas, queridos camaradas e amigos, as forças da democracia têm condições para barrar o caminho aos negros intentos da reacção. Como o provam as grandes mobilizações populares e como o prova o próprio êxito desta nossa Campanha.

A festa, que se realizou durante toda a tarde, decorreu num ambiente de viva alegria, amizade e convívio. O baile foi animado pelo conjunto «Metafase», que fez pular e dançar centenas de jovens. No Canto Livre participaram vários artistas conhecidos.

Braga Quase na meta final campanha para compra do Centro de Trabalho

A Organização distrital de Braga do Partido Comunista Português terá de pagar no próximo dia 22 de Abril a última prestação da compra do prédio onde funciona a sua sede. Está assim quase a terminar uma importante campanha de recolha de fundos que tornará possível a concretização de uma aspiração profunda dos comunistas daquele distrito minhoto, onde a luta pela defesa das liberdades e da democracia se confundiu e entrelaçou constantemente com a batalha travada pelo PCP para desenvolver livremente a sua actividade partidária.

Quando os bandos fascistas atacaram e destruíram, no verão de 75, a sede do nosso Partido situada no Campo da Vinha, para o que contaram com a escandalosa connivência das autoridades, não conseguiram intimidar os inúmeros militantes e simpatizantes comunistas. Com afincos e determinação, estes lançaram-se de novo à luta, multiplicaram esforços e iniciativas para estreitar a sua ligação às massas populares e reforçarem cada vez mais o PCP.

O êxito desta luta pode ser aferido não só pela crescente movimentação e mobilização populares, como também pela adesão suscitada à campanha para a compra do Centro de Trabalho, que teve um dos seus momentos maiores na inesquecível Festa da Alegria, em

Julho de 78, a que acorreram mais de 40 mil pessoas.

Pagas três prestações

Quase simultaneamente com a preparação da Festa da Alegria, iniciaram-se as obras no prédio da Rua de Santo André, situado a algumas dezenas de metros do centro de Braga. Depois de terem sido pintados os interiores e arranjado um grande salão, verificou-se a mudança para as novas instalações, onde os camaradas dispõem de cinco salas para reuniões, três gabinetes, um salão de convívio e de salas próprias para a Secção de Informação e Propaganda, para a UJC e UEC.

Em Novembro do ano transacto, numa cerimónia a que assistiu

o camarada Carlos Costa, membro do Secretariado e da Comissão Política do CC, era inaugurada oficialmente a nova sede. Quem ali penetra verifica que, além de óptimas condições de trabalho, os camaradas tudo fizeram para dotar a sede com mobiliário funcional, fosse através de ofertas pessoais, fosse por recolhas de fundos nos respectivos sectores.

Até agora já foram pagas três prestações: a primeira de 800 contos, em Abril de 78; a segunda, de 560 contos, em Junho do mesmo ano; a terceira da mesma quantia, em Dezembro. Como revelou ao «Avante!» o camarada António Lopes, membro do CC e do DORN do PCP, quase todo o dinheiro foi arranjado no distrito, salvo quatro centenas de contos que foram emprestados pela Caixa Central do Partido e que serão devolvidos depois.

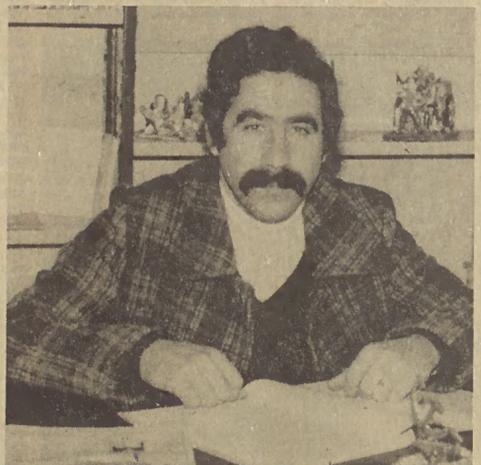
Por várias razões, dificilmente será esquecida a terceira prestação. Foi em Dezembro passado, a organização estava seriamente empenhada em múltiplas tarefas ligadas às movimentações do final do ano.

Quase três semanas antes do vencimento, não havia um tostão na Caixa e eram necessários 560 contos.

Em Abril será paga a quarta

Mostrando satisfação, o camarada António Lopes recordou a realização de uma importante reunião de quadros do distrito, onde o ponto único da ordem de trabalhos dizia respeito à concretização do pagamento da prestação, que se verificaria no dia 21 de Dezembro. Nesses dias, sucediam-se os exemplos de dedicação ao PCP de tal maneira que o objectivo fixado seria ultrapassado em 90 contos.

Entre outros, o nosso interlocutor referiu o sucesso de uma rifa da célula da «Grundig», que rendeu 50 contos. Num café da cidade, frequentado por democratas, eram recolhidos quase cinco contos por dia, enquanto importâncias significativas eram obtidas, através de abordagens feitas a pessoas progressistas. De salientar igualmente o acolhimento suscitado junto das diversas organizações concelhias. Para citar dois casos, diga-se que de Guimarães e de Fmealção já foram entregues mais de 150 e 100 contos, respectivamente.



O camarada António Lopes, membro do Comité Central e da DORN fala ao «Avante!» sobre o esforço que tem sido feito por camaradas e amigos para cumprir integralmente e nos prazos previstos os compromissos assumidos com a compra do novo CT de Braga



O novo Centro de Trabalho em Braga, inaugurado em fins de 1978, reúne condições para desenvolver o trabalho dos comunistas e para aprofundar a sua ligação às massas

«A Campanha de fundos tem suscitado um grande apoio. É cada vez maior a compreensão dos militantes que não são de Braga, relativamente à importância da sede distrital», salientou António Lopes, que aproveitou o ensejo para referir um índice significativo da consciência dos comunistas do distrito: «apesar do grande esforço financeiro com o pagamento da sede, as quotizações têm aumentado, devido a um melhor funcionamento da organização e à influência positiva das melhores condições de trabalho. A outra era um pardieiro. Esta, é uma boa casa».

Entretanto, como vai ser agora para a liquidação da última prestação? «Estou certo que será paga, friso o nosso interlocutor. A organização vai novamente empenhar-se a fundo para arranjar o dinheiro indispensável. Entre outras, há uma grande iniciativa que está a ter bom acolhimento. Trata-se da rifa de uma Viagem à União Soviética a sortear pela lotaria da Páscoa. Com a experiência acumulada neste último ano, julgo que é preciso que todos os militantes, simpatizantes e amigos do PCP façam um sério esforço para concluímos o pagamento da sede, em Abril próximo».

Enquanto nos revela a existência de uma série de

projectos ligados ao melhor aproveitamento do prédio; abertura de uma livraria e de um bar no rés-do-chão, que deverão estar concluídos dentro de um mês, o camarada António Lopes referiu-se ao ambiente do distrito frisando: «Quer o Partido, quer o Movimento Popular de Massas continuam a ter um grande desenvolvimento. Temes a consciência que o distrito de Braga é uma zona onde existem francas possibilidades para o reforço da acção política das forças progressistas designadamente do PCP. Assim o confirmam as manifestações do 1.º de Dezembro em quase todos os concelhos, não obstante a invernia que se fez sentir; a primeira manifestação de rua dos rendeiros; a recente manifestação de rua da juventude contra o desemprego; a luta dos trabalhadores em defesa dos seus direitos e a enorme movimentação desenvolvida pelos moradores e pelas mulheres. O recenseamento saldou-se por um dos maiores aumentos de eleitores, o segundo à escala nacional, que aumentaram de 362809 para 416 394. Trabalhemos e trabalharemos para que o povo do Minho se empenhe cada vez mais na luta em defesa de Abril e da concretização dos seus mais profundos anseios».

O Congresso das Cooperativas de Habitação Económica

• Repúdio geral pelos cortes de verbas impostos pelo Governo

As Cooperativas de Habitação Económica, (CHES) que desde a escalada da direita nos órgãos de poder sentem a sua existência progressivamente ameaçada, foram obrigadas a paralisar a sua actividade quase totalmente desde Agosto do ano findo — anunciou a Comissão Nacional Permanente (Provisória) das CHES, num documento onde se equacionou os principais problemas que irão ser analisados no I Congresso Nacional do movimento.

Esta situação, que põe directamente em causa as legítimas aspirações por uma habitação condigna de mais de cinquenta mil sócios das cooperativas, tem as suas origens na política antipopular do governo PS/CDS, posteriormente agravada pelos governos de Nobre da Costa e, em especial, de Mota Pinto.

Ao decidir pôr termo aos financiamentos às CHES, em Outubro de 1978, o rejeitado governo das «competências» provocou uma situação que lesa profundamente não só os interesses de dezenas de milhares de cidadãos, como também milhares de trabalhadores e empreiteiros da construção civil.

Basta referir, a título exemplificativo, que tal corte de financiamento impede a conclusão de três mil fogos em construção e o lançamento de outros tantos fogos, cujas empreitadas já estavam, na sua maioria, adjudicadas ou em curso.

Mas as medidas governamentais não ficaram por aqui. Propondo-se seguir obedientemente as instruções

do FMI, que exige a redução drástica das despesas públicas, o actual Executivo prepara-se para dar o golpe de misericórdia no já débil sector da habitação, através do corte orçamental dos financiamentos do Fundo de Fomento de Habitação para o corrente ano.

Como aqui denunciámos, em devido tempo, o governo propõe-se atribuir ao FFH 5 milhões e 600 mil contos, quando aquele organismo estima as suas necessidades em mais de nove milhões de contos!

Os protestos contra uma tal política não se fizeram esperar. De todos os pontos do país as CHES exigem o cumprimento do Decreto-Lei 268/78, que visa criar condições adequadas ao sector cooperativista habitacional, reivindicando o respeito pelo direito à habitação, que a Constituição da República consagra.

Ainda recentemente se reuniram em plenário conselho cerca de oitocentos sócios das oito Cooperativas de Habitação Económica de Cascais, que representam os

interesses de sete mil municípios, a fim de analisarem os entraves que têm sido colocados à sua actividade quer pela respectiva Câmara Municipal quer pelo Poder central.

Os participantes daquele plenário criticaram duramente a actuação do município de Cascais, particularmente o seu presidente (eleito pelo PS), a quem acusaram de não respeitar os compromissos firmados com as CHES e de não cumprir as deliberações da própria Assembleia Municipal, nomeadamente no que se refere à cedência de terrenos.

Este boicote por parte do órgão autárquico, acrescido da decisão do governo de mandar suspender os pagamentos de verbas contratualmente estabelecidas, bloqueia por completo a acção dos cooperativistas.

CHES promovem Congresso

Perante a gravidade desta situação, a Comissão Nacional Permanente (Provisória) das Cooperativas de Habitação Económica, num documento em que acusa o governo de subordinar a política geral de habitação ao lema «tirar aos mais necessários para dar aos mais ricos», alerta para a população em geral e o movimento cooperativo em especial para a necessidade de estarem firme e conscientemente ao



A segunda fase do empreendimento da Sopovo — 164 fogos —, cujo financiamento está (ou estava?) autorizado e com as obras adjudicadas, não pôde arrancar devido ao corte de verbas

corrente da situação verificada e saberem tirar as lições necessárias de forma a que possam ser tomadas medidas que desbloqueiem a situação.

Entretanto, conscientes da importância do reforço da sua organização para a defesa dos interesses que representam, as CHES vão reunir-se em Congresso Nacional.

Neste I Congresso das CHES, cujos trabalhos se iniciam amanhã e terminam domingo, nas instalações do Hotel Penta, em Lisboa, participará a maioria das cooperativas

do país, igualmente empenhadas na organização nacional do movimento e a braços com os problemas provocados pelos cortes de financiamento, obtenção e cedência de terrenos, construção de infra-estruturas e ainda o papel das autarquias e do aparelho central no apoio e incentivo às cooperativas.

Segundo a opinião generalizada dos cooperativistas, a organização do movimento terá de ser construída na base da institucionalização e actividade de organismos intermédios ou de 2.º grau — as uniões de cooperativas. A necessidade

destas uniões, resulta da consciência de que só através delas será possível resolver os problemas comuns cuja importância transcende as possibilidades de cada cooperativa, isoladamente.

Consideram assim que uma das tarefas prioritárias do executivo a eleger no Congresso deverá ser a institucionalização completa do movimento, pois só quando existir uma estrutura intermédia estarão reunidas as condições objectivas para a criação da Federação Nacional das Cooperativas de Habitação Económica.

Eleições em Belmonte O descaramento do PPD

As eleições suplementares para a Câmara Municipal de Belmonte realizaram-se a 29 de Abril, de acordo com a deliberação da respectiva Assembleia Municipal que no passado sábado reuniu expressamente para o efeito.

Aquela sessão, que decorreu de forma muito animada, foi assinalada pela espectacular intervenção do PPD que, uma vez mais, em manifesto desrespeito pela legislação em vigor, voltou a tentar alterar a composição da Comissão Administrativa da Câmara. Por proposta da APU aprovada em reunião anterior, a Comissão Administrativa é constituída por três representantes do PS, um da «Povo Unido» e um do PPD.

Recorda-se que, aquando da tomada de decisão sobre a escolha da Comissão Administrativa, quer o PPD quer o PS apresentaram propostas muito curiosas — o primeiro achava por bem que a mesma fosse formada por cinco elementos PPDs (III) e o segundo por três socialistas. A «Povo Unido», segunda força mais votada nas anteriores eleições, era pura e simplesmente posto de parte.

O facto de nenhuma destas posições ter prevalecido, não obsta contudo a que deva ser assinalada a ilegalidade de que ambas enfermam, para além, obviamente, do carácter

ridículo das pretensões do PPD (que foi o menos votado em 1976).

Com efeito, a legislação em vigor determina que a composição da Comissão Administrativa deve corresponder, na medida do possível, à anterior composição do executivo. Ora sucede que tal só não será possível se alguma das forças políticas se recusar a participar na Comissão encarregada de gerir o município até às novas eleições.

Não era o caso de Belmonte. Pelo que não é de estranhar que tivesse vingado a proposta da APU, a única que apresentava uma solução democrática para a constituição da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Belmonte.

Mas já é de estranhar (ou não será?) a tentativa do PPD para anular a decisão tomada pela Assembleia Municipal. Até parece que este partido punha todas as suas esperanças eleitorais no curto período de vida da Comissão Administrativa, quem sabe se para fazer algumas obras de fachada... com o apoio superior do seu governo sombrio!

Serviço Nacional de Bombeiros aprovado por unanimidade na Assembleia da República

Os bombeiros portugueses conseguiram finalmente ver satisfeitas as justas reivindicações por que lutaram durante tanto tempo com exemplar firmeza e coerência.

Na passada quinta-feira, a Assembleia da República aprovou por unanimidade importantes alterações ao Decreto N.º 388/78 — que o III Governo fizera aprovar sem tomar em consideração a vontade expressa dos interessados —, entre as quais se destaca a criação do Serviço Nacional de Bombeiros, que visa coordenar e orientar os serviços prestados pelos «soldados da paz».

No relatório apresentado pela Comissão de Administração Interna e Poder Local que analisou as propostas de alteração dos quatro grupos parlamentares; reconhece-se que o serviço de bombeiros tem vindo a ser assegurado, na sua parte mais significativa, pelos corpos de bombeiros voluntários, criados e mantidos pelas próprias populações,

através de Associações Humanitárias de Voluntários, e considera-se que este carácter de associação espontânea e de fim humanitário deve ser mantido e incentivado pelo seu elevado valor humano, social e educativo, pois representa uma das mais nobres tradições do Povo português.

Por isso o incremento do associativismo e do voluntariado deve ser acompanhado de conveniente promoção das condições técnicas e de funcionamento que permitam dar resposta eficaz e funcional às solicitações resultantes da evolução das novas tecnologias.

Assim, o correcto planeamento e execução das acções de socorro e prevenção, em conformidade com as novas condições sociais e administrativas do País, tomam inadiável uma completa revisão de toda a organização, por forma a assegurar as condições de sobrevivência e rentabilidade social dos recursos materiais

e humanos já existentes e a adopção de medidas que preencham progressivamente as actuais insuficiências.

E desta revisão que surge a criação do Serviço Nacional de Bombeiros — um órgão nacional orientador e coordenador do socorrismo prestado pelos bombeiros, tantas vezes preconizado por sucessivos Congressos da Liga de Bombeiros Portugueses, que assegure simultaneamente a supervisão administrativa e técnica, o planeamento, a formação de quadros e agentes e ainda a coordenação, a nível nacional, dos corpos de bombeiros e destes com os demais organismos públicos e privados que promovem acções de socorro.

Conforme fez notar o deputado Sousa Marques, na declaração de voto do PCP, a aprovação desta legislação é tanto mais importante quanto, como o PCP propôs, a presente Lei de Alterações produz efeito a partir da data da sua publicação, devendo

ser tomada em conta na proposta de lei do Orçamento Geral do Estado para 1979.

O deputado comunista, fez ainda questão de recordar que a promulgação da Lei das Finanças Locais veio criar uma nova dinâmica neste domínio e que a forte ligação existente entre os diversos corpos de bombeiros e as autarquias aponta para, ouvidos todos os interessados, uma futura consideração dos mecanismos de interligação, nomeadamente no campo financeiro, já que só a vida permitirá ajuizar em definitivo da adequação das soluções agora consagradas.

Por outro lado, o grupo parlamentar do PCP deixou expresso que continua a admitir que a composição do Conselho Coordenador do Serviço Nacional de Bombeiros possa vir a ser reequilibrada em momento oportuno, garantindo e alargando a legítima representação dos bombeiros e tendo em conta, por exemplo, uma participação autárquica mais significativa.

População da Amadora apoia proposta da APU sobre divisão do concelho

A proposta de divisão administrativa do futuro concelho da Amadora apresentada pela APU e submetida a debate público, merece o apoio generalizado das populações e dos órgãos autárquicos que até à data já se pronunciaram sobre o assunto.

Esta conclusão, sem dúvida a mais importante do plenário realizado pela Aliança Povo Unido no passado sábado, na Cel-Cal (Venda Nova), permite que a proposta da APU seja agora firmemente defendida junto da Comissão Instaladora do Município da Amadora (CIMA), pois é a única que reflecte de facto os sentimentos das populações envolvidas neste processo.

A unanimidade verificada nas múltiplas intervenções dos participantes no plenário foi bem significativa da concordância generalizada com o projecto em debate, e tanto mais importante quanto traduz o somatório de outros debates parcelares realizados nas diferentes localidades.

Assim, para além da Assembleia Municipal de Oeiras, Assembleia de Freguesia de Belas e Assembleia de Freguesia de Queluz, que apoiam a divisão proposta pela APU — praticamente coincidente com uma das três hipóteses sugeridas pela CIMA — pronunciaram-se também a favor desta solução as comissões de moradores da Reboleira Norte e Sul, Damaia de Baixo, Venteira, Branda, Buraca, Bairro Janeiro, Bairro Novo, União dos Reformados, Pensionistas e Idosos da Amadora (URPIA), representantes de pequenos e médios comerciantes, colectividades e diversas comissões de trabalhadores.

Como fez notar um membro da Comissão Instaladora da APU que presidiu ao plenário, o Povo Unido é a única força política que tem apresentado propostas concretas para a defesa dos anseios populares. Por isso não é de estranhar o apoio que nos chega de todos os bairros e empresas da Amadora e mesmo das zonas limítrofes.

A proposta que a APU lançou em debate público no passado mês de Janeiro prevê a criação de oito freguesias no futuro concelho:

AMADORA — zona centro da vila, Venteira, Bairro Janeiro, Ponte de Careque e as zonas militar e do cemitério. (O plenário eliminou por consenso a designação «Amadora», ficando a APU de estudar outro nome para a primeira freguesia); REBOLEIRA — zonas norte, centro e sul da Reboleira; DAMAIA — Alto da Damaia, Damaia de Cima e Damaia de Baixo; BURACA — Alfragide, Zambujal, Cova da Moura e Buraca; VENDA NOVA — Quinta dos Lilazes, Calça, Fontainhas, Bairro Girassol, Bairro das Cruzes, Zona Industrial, Estação Zootécnica e Venda Nova; BRANDÃO — Alfornelos, Quinta da Correia, Bairro Novo à Estrada Militar, Alinhado, Azinhaga dos Besouros e Branda; FALAGUEIRA — Bosque, Falagueira, Salgados, Quinta da Lage e Casal da Mira; MINA — Bairro da Mina, Bairro Novo, Careque, Moinhos da Fun-

cheira, Vila Chã, A-da-Beja e Serra da Silveira.

Nesta proposta se baseará igualmente o Grupo Parlamentar do PCP, quando a Assembleia da República for chamada a legislar sobre a matéria.

Aplicação Imediata da Lei das Finanças Locais

Após terminado o debate sobre a divisão administrativa do concelho da Amadora, os participantes aprovaram, por unanimidade e aclamação, três importantes moções. Na primeira, onde se salienta a importância da Lei de Finanças Locais — que permitirá acabar com os compadrios, os apadrinhamentos e as injustas repartições de dinheiros públicos — rejeitamos as pretensões da direita que pretendem a sua aplicação parcial e «fasesada» e reclama-se

da Assembleia da República que faça cumprir integralmente e sem demora a Lei 1/79.

A segunda moção, que constitui uma prova de solidariedade para com as vítimas das intempéries que assolam o país, reclama do Governo — cuja acção se tem caracterizado por um criminoso alheamento dos problemas resultantes do temporal — medidas

urgentes para remediar de imediato a situação.

Esta tomada de posição exige ainda do Governo o prosseguimento e alargamento dos programas de habitação social e alojamento, em vez do irresponsável corte de financiamento recentemente tomado público, e apela aos órgãos de poder local, e particularmente à Câmara Municipal de Oeiras, no sentido de tudo ser feito para concretizar os importantes programas de habitação previstos no respectivo Plano de Actividades.

Os participantes no plenário da APU apelaram igualmente a todas as organizações populares para que, de todos os modos, apoiem os moradores sinistrados pelo temporal.

A última moção aprovada foi de solidariedade para com os trabalhadores do «Pão de Açúcar» e de condenação do despacho do Governo Mota Pinto, que autoriza o funcionamento daqueles supermercados ao sábado à tarde.

A moção, que considera tal medida arbitrária e ilegal, recorda que as autarquias locais, que têm exclusiva competência nesta matéria, nem sequer foram ouvidas.

Por tudo isto, e ainda porque esta decisão afecta o comércio nacional, sobretudo os pequenos e médios comerciantes, a moção manifesta apoio total à posição da Câmara Municipal de Oeiras contra tal despacho e apela para uma intervenção directa da Câmara no sentido de a fiscalização municipal dos mercados actuar para fazer cumprir o edital camarário sobre a matéria.

Exposição sobre Reforma Agrária proibida em Oliveira de Azeméis

A Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, de presidência PPD, atentou uma vez mais contra a liberdade de expressão e de informação dos cidadãos ao mandar retirar, do centro da vila, uma exposição de fotografias alusivas à Reforma Agrária, integrada na jornada de solidariedade e luta em defesa desta importante conquista do Povo português.

A actuação ilegal do município, que contraria frontalmente princípios consagrados na Constituição da República, foi prontamente denunciada pela Comissão Concelhia de Oliveira de Azeméis do PCP.

Em mensagem enviada ao Presidente da Assembleia da República e aos outros grupos parlamentares, aquela organização do PCP alerta para as manobras de restrição das liberdades exercidas pela Câmara Municipal e pelo Governo MP/PPD, apelando para a defesa das liberdades e para o cumprimento da Constituição.

Câmara de Oeiras promove protecção às crianças

No âmbito das comemorações do Ano Internacional da Criança, a Câmara Municipal de Oeiras está a levar a efeito uma vasta campanha que visa melhorar as condições de segurança das crianças na circulação pelas vias rodoviárias.

Nesse sentido, começaram já a ser feitas marcações de passadeiras para peões junto de todas as escolas do concelho, enquanto os professores das escolas primárias levam a cabo uma experiência de educação rodoviária junto dos alunos. Simultaneamente, foi aberta ao público uma exposição subordinada ao tema «Campanha de Segurança Rodoviária — Circular é Viver», que poderá ser visitada até ao próximo domingo, na Câmara Municipal.

Os desenhos em exposição foram feitos por crianças.

Cortejo de oferendas em Condeixa

Os Bombeiros Voluntários de Condeixa-a-Nova realizam no próximo domingo um cortejo de oferendas a fim de angariar fundos que os ajudem a pagar o último carro de incêndio que adquiriram.

Apelando para o apoio da população, ao serviço da qual estão em permanência, os Bombeiros recordam que os subsídios oficiais são escassos e chegam tarde, pelo que há que tomar iniciativas que contribuam para melhorar os equipamentos que lhes permitam levar a bom termo o lema que defendem — «Vida por Vida».

Governo dos Açores não apoia as cooperativas de consumo

A Associação de Cooperativas da Ilha Terceira, nos Açores, acusa a Secretaria Regional do Comércio e Turismo de votar ao mais completo desprezo as actividades cooperativistas, pois ao fim de cinco meses aquele departamento ainda não se dignou dar qualquer resposta a um pedido de empréstimo de onze mil contos que lhe foi solicitado como urgente.

O empréstimo, pedido em Setembro do ano passado, destinava-se a custear a construção de um armazém, a constituição de um centro abastecedor, aquisição de uma viatura e criação de outras infra-estruturas, bem como de um fundo de manuseio para a Associação de Cooperativas, que engloba sete cooperativas de consumo.

De acordo com as declarações da Associação, a única resposta que conseguiram obter do Governo Regional, em Novembro, foi que «a questão estava dependente de um estudo da política global de apoio ao sector cooperativista, tendo em vista um equilíbrio com a iniciativa privada».

Passados tantos meses, cabe perguntar o que é que entrava o apoio — se o estudo, se a iniciativa privada...

Freguesia da Fé passa a vigiar o estado da água

Por proposta das organizações populares da Freguesia da Fé, na cidade do Porto, o órgão deliberativo daquela autarquia decidiu por unanimidade, passar a proceder a análises regulares da água da sua área, bem como apoiar as deliberações da Assembleia Municipal e exigir da Câmara Municipal do Porto um imediato inquérito à água que se consume, cumprindo assim as suas obrigações para com o povo do Porto.

Seguindo as recomendações da Organização Mundial de Saúde a Assembleia de Freguesia decidiu que as análises sejam feitas, pelo menos, de seis em seis meses.

PPD manda encerrar Pavilhão Gimnodesportivo de Leiria

Numa atitude ditatorial, a Câmara Municipal de Leiria, de maioria PPD, decidiu, sem qualquer explicação, encerrar o Pavilhão Gimnodesportivo local, onde diariamente centenas de pessoas ocupavam os seus tempos livres e onde centenas de jovens em idade escolar praticavam desporto.

Esta insólita deliberação camarária foi prontamente denunciada pela Comissão Concelhia de Leiria do PCP que, em comunicado divulgado anteontem, considera que a atitude do executivo PPD visa objectivos bastante claros — pôr em causa uma direcção democrática do Pavilhão Gimnodesportivo, que sempre facilitou o trabalho de todas as colectividades, clubes e professores, no sentido de lhes proporcionar os meios técnicos para o seu trabalho.

A Câmara do PPD — prossegue o comunicado — pretende agora pôr em causa tudo isto através de mais um golpe em que é fértil: retirada do pessoal de serviço, impossibilitando o funcionamento do Pavilhão.

Pensa a Comissão Concelhia de Leiria do PCP que esta actuação não pode manter-se e que todas as organizações empenhadas no normal funcionamento do Pavilhão deverão protestar veementemente contra este acto.

Pela nossa parte — afirma aquela organização do Partido — enviaremos todos os esforços junto dos órgãos do poder, incluindo a Assembleia da República, para que a normalidade seja reposta.

Os eleitos do PPD nos órgãos autárquicos estão a perder o veriz democrático com que se apresentaram ao eleitorado. A sua ansia de regressar aos velhos tempos da ditadura é tão grande que já nem se dão ao trabalho de mascarar as suas prepotências.

As populações não esquecerão certamente estes elucidativos exemplos da «democracia à moda do chefe».

Reformados da Baixa da Banheira comemoram 4.º aniversário

A Comissão de Reformados, Pensionistas e Idosos da Baixa da Banheira leva a efeito no próximo sábado, às 15 horas, no seu Centro, um plenário comemorativo do seu 4.º aniversário.

A efeméride será assinalada por uma análise da situação sociopolítica dos reformados, seguida de cantares populares.

Os graves prejuízos na agricultura causados pelos temporais exigem medidas urgentes do Governo

Os violentos temporais que, nos últimos dias, atingiram o nosso país e, de um modo geral, as péssimas condições climáticas registadas há já longo tempo vieram colocar na ordem do dia a necessidade de, a curto prazo, poderem ser resolvidos, entre outros, os graves problemas que tal situação acarretou para a agricultura portuguesa.

De entre o longo caudal de dramas que os temporais causaram, não são certamente dos menos importantes os avultados prejuízos verificados no sector agrícola — com especial incidência nas searas — e também no sector pecuário.

Os pequenos e médios agricultores de todo o país, os trabalhadores das UCPs e Cooperativas desde há muito que vêm alertando os sucessivos governos para a necessidade da criação do Seguro Nacional Agropecuário, susceptível de responder às graves situações causadas pelas cheias. E não se pode dizer que esta calamidade seja um acontecimento imprevisto — se bem que as cheias deste ano atingissem uma amplitude dificilmente registada. Na verdade, o problema das cheias nesta época do ano quase que se torna uma obrigatoriedade do calendário, e daí os trabalhadores do campo, os pequenos e médios agricultores de há muito reclamarem dos executivos as medidas que se impõem, de entre as quais avulta

a necessidade do Seguro Nacional Agropecuário. Não basta dizer que a terra é uma das nossas fontes de riqueza: os que a trabalham, nas UCPs e Cooperativas, nas pequenas e médias explorações privadas sabem-no bem e o modo como o fazem constitui, de facto, uma fonte de riqueza para o nosso país. O governo tem a obrigação de defender essa riqueza, sobretudo quando ela é parcialmente devastada pela intempérie.



APOIO À REFORMA AGRÁRIA
CAMPANHA DE ASSINATURAS
Contra a repressão
Revogação da lei Barreto
ASSINA PORQUE A REFORMA AGRÁRIA É O TEU PAO
PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Trabalhadores do Uruguai em Angola dirigem-se ao Presidente da República

Uma Brigada de Trabalhadores Internacionalistas do Partido Comunista do Uruguai na República Popular de Angola enviou uma carta ao Presidente da República, em que apela para que o general Ramalho Eanes «ponha cobro à repressão que se vem exercendo sobre os trabalhadores do Alentejo e do Ribatejo e que, pessoalmente, de forma coerente, se comprometa na defesa da Reforma Agrária, perseverando assim a limpa e exemplar ressonância com que o 25 de Abril projectou Portugal junto de todos os povos do mundo».

Reunião de agricultores em Portalegre...

No dia 25 deste mês, a partir das 9.30, no antigo edifício do liceu, realiza-se o 1.º Encontro dos Pequenos e Médios Agricultores, Rendeiros e Seareiros do Distrito de Portalegre.

... e em Faro

Promovida pela Comissão Pró-Associação de Rendeiros do Conselho de Faro, realiza-se no próximo domingo uma reunião de rendeiros daquele concelho na Casa do Povo da Conceição de Faro, na qual participará um membro da direcção do MARN-Beiras e um membro do Secretariado da CNA do Algarve. Em discussão estará a lei dos senhorios ricos.

Festa de apoio à UCP «1.º de Maio de Gâmbia»

Uma grande festa de apoio e defesa da Reforma Agrária realiza-se no próximo domingo, a partir das 10 horas, nas instalações da UCP «1.º de Maio de Gâmbia», tendo sido convidadas as seguintes entidades: Comissão de Agricultura e Pesca do PCP e do PS, Secretariados das UCPs de Beja, Évora, Portalegre e Santarém, União dos Sindicatos de Setúbal, CGTP, Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Setúbal, Cintura Industrial de Lisboa e Setúbal.

A festa — que integra uma visita à UCP, um almoço, um canto livre e um baile — realiza-se nas instalações de uma unidade colectiva que está ameaçada por um pedido de reserva de 90 mil pontos, englobando as suas melhores terras, feita pelo actual secretário de Estado do Fomento Agrário, eng.º Francisco Borral...

250 mil assinaturas em defesa da Reforma Agrária

Cerca de 250 mil assinaturas — o maior abaixo-assinado de sempre — recolheu já o documento em defesa da Reforma Agrária e contra a repressão sobre os trabalhadores das UCPs e e Cooperativas, aguardando-se neste momento a resposta a um pedido de audiência solicitado à Presidência da República pelos três primeiros subscritores para entrega do abaixo-assinado.

Hugo Fernandes e António Bica — na sua qualidade de cidadãos e de representantes do Movimento de Opinião Contra a Repressão nos Campos do Alentejo, afirmam a determinado passo: **Têm os signatários todo o interesse que sejam recebidos por Vossa Excelência pessoalmente, dado que, ao entregar o abaixo-assinado, serão portadores da voz de cerca de 250 mil cidadãos portugueses, mas, na eventual impossibilidade disso, solicitam que o sejam por quem Vossa Excelência designar para o efeito.**

Urge parar a ofensiva contra a Reforma Agrária!

A ofensiva contra a Reforma Agrária, levada a cabo pelo Governo de Mota Pinto com total desprezo pelos interesses dos trabalhadores e da economia nacional e no mais completo desrespeito pela legalidade democrática; a repressão que se tem vindo a abater sobre os campos do Alentejo, o desemprego e a miséria que as forças reaccionárias e o Governo de Mota Pinto aí pretendem de novo instalar, têm vindo a ser denunciados pelos trabalhadores. Duas recentes reuniões de trabalhadores, realizadas em Évora e em Beja, aí estão a comprová-lo.

Cooperativas do distrito de Évora, realizado na passada sexta-feira nesta cidade, aprovou uma importante moção em que se exige a revogação da Lei Barreto e da portaria sobre a cortiça, a supressão da política repressiva do MAP, a retirada da GNR das cooperativas, a suspensão dos oficiais da GNR que actuaram de maneira antidemocrática, a entrega das terras, gados e máquinas ilegalmente retirados, a reabertura do crédito.

a produção, pondo em perigo as sementeiras.

Pipeira, de Évora, dos 23 trabalhadores que aí existiam, apenas estão a trabalhar 6; na cooperativa Monte Negro, de Beja, dos 19 trabalhadores, 8 ficaram logo sem emprego; na cooperativa Laranjas e S. Pedro, de Beja, mesmo depois do agrário João Palma ter prometido trabalho a todos, apenas 4 dos 12 trabalhadores já continuaram; na cooperativa dos Castelhanos, apenas 2 dos 26 trabalhadores.

Casal de rendeiros com 6 filhos menores sem tecto para morar sem terra para trabalhar

Um casal de rendeiros de Rio Tinto, Gondomar, e os seus seis filhos menores, foram forçados pela GNR e por um oficial de diligências a abandonar a casa onde habitavam e as terras que trabalhavam, na concretização de uma acção de despejo do 6.º Juízo Cível do Porto.

O repúdio por mais esta acção e a solidariedade para com este casal de camponeses tem sido generalizado: o MARN e a Comissão de Rendeiros de Gondomar divulgaram posições de apoio; um abaixo-assinado circula numa empresa têxtil — a «Mondex» — sita nas imediações da casa dos camponeses agora sem terra; a Assembleia de Freguesia de Gondomar aprovou por maioria uma moção dirigida aos órgãos do poder.

Integração europeia: Que futuro para a pequena e média lavoura?

As forças da reacção e da direita que, na integração europeia, sob o ponto de vista agrícola, jogam a instauração do capitalismo desenvolvido nos campos, utilizam como argumento prioritário o de que a integração de Portugal no Mercado Comum trará amplos mercados à nossa agricultura.

Outros países (particularmente da Itália, França e Espanha). Ora o que acontece então? A fruta chegaria ao mercado português a preços tais que obrigaria muito agricultor a arrancar os seus pomares, especialmente aqueles de menores produções unitárias. As próprias fábricas que industrializam a fruta teriam também muita dificuldade em sobreviver em concorrência com as suas congéneres do Mercado Comum, porque têm em geral menores dimensões e portanto custos de produção mais caros.

conseguir algumas destas encomendas. Na produção de carne também os agricultores portugueses sofrerão uma grande concorrência dos outros países do Mercado Comum. De facto, a política que tem sido seguida naqueles países de fomento da pecuária, conduziu a produções unitárias bastante mais elevadas do que as que se verificam em Portugal e não é de um momento para o outro, nem de um momento para o outro, que se fomenta a selecção de raças, a produção sistemática de forragens e de rações a preços concorrenciais, o apoio técnico-veterinário, etc. Assim, é de crer que a pecuária terá um retrocesso, especialmente da parte dos pequenos e médios produtores, que se verão impossibilitados de concorrer, no mercado interno, com os pregos, por exemplo, da vizinha Espanha.

produções: a da maçã, laranja e batata que, numa boa parte dos anos, particularmente a maçã, é superior às necessidades do consumo; a da carne, que é sempre insuficiente para as necessidades do consumo; a da beterraba sacarina, que é inexistente mas que se torna necessário introduzir dado o grande dispêndio de divisas que se faz com a importação de açúcar e as reais possibilidades de produção interna que se afirma existirem.

CNA apoia a luta dos agricultores de Vila Pouca de Aguiar

A luta dos agricultores de Vila Pouca de Aguiar — que exigem medidas urgentes para o escoamento da batata — tem o apoio da Confederação Nacional da Agricultura, através de um comunicado divulgado pelo respectivo Executivo da Direcção. Nesse comunicado, a CNA recorda que já por diversas vezes expressou à Junta Nacional de Frutas, ao Governo e autoridades oficiais a sua preocupação pelos atrasos no escoamento da batata,

quer do litoral quer do interior, e o seu desacordo pela marginalização dos agricultores de Trás-os-Montes e Beiras. Na terça-feira da passada semana e durante seis horas, mais de 800 produtores de batata de Vila Pouca de Aguiar interromperam as vias rodoviárias e ferroviárias que servem aquela localidade, a fim de levarem o Governo a determinar o escoamento, a 650 o quilo, de 50 por cento da batata manifestada à Junta Nacional das Frutas.

A impossível concorrência

O que se passa com a fruta é extensivo à batata, também uma importante produção dos pequenos e médios agricultores. A entrada no Mercado Comum, zona em geral de produção excedentária, viria ainda dificultar mais aos agricultores portugueses o escoamento daquele produto, já tão difícil numa boa parte dos anos.

Na campanha do último ano surgiram algumas oportunidades significativas de exportação de batata e maçã. Nenhuma delas foi para países do Mercado Comum. A Espanha, candidata como Portugal, ao Mercado Comum,

de trabalho cá na terra para toda a gente. Já não precisava de andar de um lado para o outro para trabalhar. Toda a gente teve direito ao pão. Tanto faz rapazes como mulheres velhas, como raparigas. Todos nós temos direito ao trabalho.

de trabalho cá na terra para toda a gente. Já não precisava de andar de um lado para o outro para trabalhar. Toda a gente teve direito ao pão. Tanto faz rapazes como mulheres velhas, como raparigas. Todos nós temos direito ao trabalho.

Agricultores de Santarém e os Meios de Comunicação Social

No 2.º Encontro dos Pequenos e Médios Agricultores, Rendeiros e Seareiros do Distrito de Santarém, nas conclusões, reivindica-se: «Como está escrito na Constituição da República Portuguesa (Art.º 40.º) que as organizações profissionais terão direito de antena na Rádio e na Televisão, Agricultores do Distrito de Santarém exigem: o direito de antena nos órgãos de informação pagos pelo nosso dinheiro; que a rádio e a televisão sejam aproveitadas para informar e esclarecer os agricultores de como melhorar a produção agrícola, que sejam realizados programas simples relacionados com a lavoura portuguesa.

Governo Regional da Madeira não protege os caseiros

A União dos Caseiros da Madeira denuncia que não passa do papel a ajuda prometida pelo Governo Regional para acorrer aos agricultores cujas culturas foram mais atingidas pelo temporal. Em vez de indemnizar dos prejuízos os agricultores atingidos, como era sua «obrigação legal», já que não está criado o seguro agro-pecuário e o Governo Regional, tem a obrigação de reparar essa falta», os governantes da Madeira preferem declarar a concessão de empréstimos aos agricultores. Como há-de estes recorrer aos empréstimos, quando muitos deles não terão que comer durante dois anos — tempo que leva em média uma bananeira a produzir — e muitos nem sabem como utilizar os empréstimos? — pergunta a União dos Caseiros da Madeira.



Histórias do latifúndio

São histórias do latifúndio. Histórias do tempo de errar pelo país em busca de trabalho, do tempo, da fome e do medo. Do tempo que não pode nunca mais voltar.

Vida de maltês

Chama-se Francisco António Grilo. É de Sousel, Portalegre. «Fiquei sem pai aos 10 anos. Éramos sete irmãos. A minha mãe não podia governar a gente, não tinha pão para dar à gente. Nós, irmãos, começamos a imigrar cada um para o seu lado. Éramos só rapazes. Uns abalavam para Lisboa, outros para outra terra para arranjar de comer para a gente. Eu andei quase sempre por fora. Era uma vida de maltês. Às vezes vinha à terra. Chegava cá, passeava cá, perguntava trabalho aos agrários, não me davam trabalho. Era como não sendo de cá, como sendo estrangeiro que vinha gozar as minhas férias a Portugal.

Passava cá duas ou três semanas, nunca ganhava cá um bocadinho de pão porque não me davam. Tornava eu com a saquita às costas para outro lado. E passou muitos anos assim. Já vinha isto dos tempos da guerra de Espanha e depois dos da II Guerra Mundial. Miséria ainda pior havia por toda a parte. A gente comia uns pães negros a que chamava fanecos. Havia falta de todos os géneros em toda a parte enquanto iam camiões e vagões carregados de gado, de azeite, de trigo para Espanha e para a Alemanha nazi. As crianças e os velhos, gente mais fraca, caíam de fome e não me lembro de haver tanto enterro de criança

como naquela altura. Eu era ainda quase criança, foi quando começou a vida de maltês. Passaram os anos, como eu disse, até que chegou a altura em que casei. E depois de casado continuei na mesma vida, errando de um lado para o outro. Eu a querer formar a minha vida na minha terra e os agrários negando trabalho. Foi tempo de lutas. Luta pelas oito horas, em 1962, em vários anos lutas por melhores jornadas. Eu não estava nas lutas da minha terra porque nem trabalho cá arranjava. Como estrangeiro na minha terra passou o tempo e andei sempre assim. Até que veio o 25 de Abril. Todos arranjarão trabalho cá na terra. Houve postos

de trabalho cá na terra para toda a gente. Já não precisava de andar de um lado para o outro para trabalhar. Toda a gente teve direito ao pão. Tanto faz rapazes como mulheres velhas, como raparigas. Todos nós temos direito ao trabalho.

Luís Corvalan em Portugal : solidariedade!

Em 18 de Dezembro de 1976, depois de mais de três anos passados, em penosas condições, nos cárceres fascistas do Chile de Pinochet, Luís Corvallan, secretário-geral do Partido Comunista do Chile, era posto em liberdade, graças ao grande movimento de solidariedade nesse sentido desencadeado em todo o mundo.

Hoje, no novo Portugal democrático saído do 25 de Abril, vamos ter a imensa alegria de ter entre nós esse homem que, com justas razões, é considerado entre os trabalhadores e as forças progressistas de todo o mundo como o símbolo da heróica luta do povo chileno contra a feroz ditadura que o esmagou: o camarada Luís Corvallan!

O convite para a estada do camarada Corvallan entre nós foi feito pelo Comité Central do PCP, insere-se nas tradicionais relações de amizade entre os comunistas portugueses e os comunistas chilenos e surge na continuidade da solidariedade activa manifestada

pelo PCP para com os comunistas e o povo chileno, particularmente desde o trágico 11 de Setembro de 1973.

O programa da visita de Luís Corvallan, que se inicia na próxima terça-feira e se prolongará por vários dias, inclui conversações com uma delegação do PCP, contacto directo com diferentes aspectos da realidade portuguesa e da actividade do PCP em diferentes locais.

A presença de Luís Corvallan no nosso país constituirá uma oportunidade, de há muito esperada, para os comunistas e todos os democratas e antifascistas portugueses saudarem, na figura de um dos seus mais destacados combatentes, o povo amigo do Chile oprimido, mas não vencido, pelo desumano regime de Pinochet.

No comício da próxima semana, que desde já se prevê grandioso, milhares e milhares de portugueses saberão gritar bem alto: **o Chile vencerá!**

Uma vida de luta e resistência

Luís Corvallan, que perfaz em 14 de Setembro último 62 anos, é filho de uma camponesa e de um professor rural, tendo entrado para a Juventude Comunista aos 16 anos de idade.

Durante mais de dez anos dirigiu o jornal do Partido Comunista do Chile «El Siglo» e em 1958 foi eleito secretário-geral do Partido.

Em 1961 foi eleito para o Senado do Congresso nacional. Trabalhou infatigavelmente e em estreito contacto com o dirigente socialista Salvador Allende, na criação da Unidade Popular.

Pela sua abnegação, elevada moral e modéstia, o povo dispensa-lhe um grande carinho. Mesmo nos recantos mais afastados do Chile, para os trabalhadores Corvallan é o «camarada Lucho».

Em 11 de Setembro de 1973 dá-se o golpe fascista que derruba o governo de Unidade Popular e instaura no país um feroz regime de repressão. Corvallan é preso dezoito dias depois, numa casa onde se encontrava a fim de tentar organizar o movimento clandestino de resistência.

o campo de concentração «Trés Álamos». O clima era melhor que o de Dawson, mas as provocações e as metralhadoras iguais.

Viviana, a filha de Luís Corvallan, foi expulsa da Universidade. O seu filho, Luís Alberto, morreu em consequência de torturas brutais, depois de ter passado pelas masmorras do Estádio Nacional e do campo de concentração «Chacabuco».

A força da solidariedade

Em 30 de Abril de 1975, Corvallan era galardoado com o prémio Lenine, «Pelo reforço da Paz entre os povos». Entretanto ampliava-se em todo o mundo, incluindo Portugal, o movimento pela sua libertação.

Luís Corvallan foi libertado em 18 de Dezembro de 1976. A força da solidariedade internacional triunfou sobre a violência do fascismo.

A libertação de Luís Corvallan demonstrou, uma vez mais, que o fascismo e a reacção não podem impedir a marcha inelutável da História. Em muitas batalhas de classe da nossa época, a solida-



Conversando com os operários, no tempo da Unidade Popular



Carlos Altamirano, Luís Corvallán e Salvador Allende, durante um comício no Chile da Unidade Popular

O fascismo no Chile cada vez mais isolado

O ano de 1978 marcou, no Chile, um passo para o isolamento da ditadura e, como salientou o secretário-geral do Partido Comunista Chileno, camarada Luís Corvallan, o fim do refluxo do movimento popular no país. O isolamento de uma ditadura mede-se, em grande medida, pelas posições de distanciamento assumidas pelos seus «amigos» indispensáveis. Como pela necessidade de manobrar, de alterar a face, sentida pela própria ditadura ou imposta do exterior. Neste domínio os factos sucedem-se. Arrasta-se actualmente o caso Letelier, tentando os EUA demarcar-se do assassinato, no seu território, deste membro do governo de Unidade Popular. A burguesia chilena procura activamente uma saída, que não passe, naturalmente, por um regime verdadeiramente democrático e popular. A Democracia Cristã, que ontem abriu portas ao fascismo, volta-se actualmente para

a oposição. O afastamento do general da força aérea, Gustavo Leigh, o mesmo que quando do golpe fascista ordenou o bombardeamento de La Moneda, é por demais significativo.

Ao longo do ano de 78, o regime de Pinochet viu-se obrigado a recorrer a diversas medidas para «lavar o rosto» da ditadura: as promessas de «abertura política» que passaram pela cínica garantia de uma «amnistia»; a farsa do «referendo» imposto ao povo chileno; a substituição de nome da polícia política — a feroz DINA. Estes são os recursos normais do fascismo quando se debate no círculo fechado do isolamento interno e externo. O exemplo do Brasil, como o de Portugal antes do 25 de Abril, demonstram que nesse campo os métodos não são muito variados.

Entretanto a situação do país arrasta-se, dramática, como tem sido múltiplas vezes denunciado a nível internacional. A miséria

é uma constante: 78% da população vive em condições de extrema pobreza, 50% abaixo do nível mínimo da pobreza. O desemprego atinge perto de um quarto da população activa, e os desempregados, salvo algumas excepções, não recebem nada. Desde 11 de Setembro de 1973, data do golpe fascista, um milhão de chilenos abandonou o país — entre eles 45% dos professores e trabalhadores de investigação científica. É de pelo menos 20 000 o número de assassinados. Os desaparecidos somam mais de 2500.

A violenta repressão não pode — não poderia nunca — sufocar a luta do povo chileno contra o crescendo de miséria, contra essa mesma repressão, pela liberdade e «democracia» que já conheceu na curta e sempre ameaçada vida do governo de Unidade Popular. A luta contra a repressão, que se iniciou no

próprio momento do deflagrar do golpe, assume hoje uma notória envergadura, estrutura-se na associação das famílias dos desaparecidos, tem momentos importantes, que se concretizam em manifestações e greves de fome. O movimento sindical está também hoje organizado e manifesta-se já em lutas de relevo como a dos mineiros de Chuquibambata.

O fascismo recua na América Latina.

O exemplo do Chile, onde o movimento popular recupera e se reestrutura sob o peso do terror, o exemplo das múltiplas lutas que ocorrem por toda a América Latina, mesmo onde antes eram impensáveis, pronuncia o abalo profundo das ditaduras. O fascismo é cada vez menos a «solução» possível para conservar o poder — em mãos favoráveis ao imperialismo. Uma outra porta que se fecha.



Janeiro de 1977: L. Breznev saúda Corvallán, poucos dias após a libertação do secretário-geral do PC do Chile



Abril de 1977: E. Honecker com Corvallán, quando da visita deste à RDA



riedade internacional tem comprovado a sua força e invencibilidade.

A campanha mundial de solidariedade com Luís Corvallan e os democratas chilenos transformou-se num poderoso movimento internacional. Numerosos partidos políticos de vários países, organizações sociais internacionais, sindicatos, a ONU, parlamentos e representantes da igreja denunciaram os crimes da junta fascista e exigiram a liberdade para as pessoas que foram encarceradas e torturadas por servir honesta e fielmente o seu povo.

Sob a pressão da potente onda de solidariedade caíram as grades do cárcere fascista. Luís Corvallan foi libertado. Dentro de dias vamos tê-lo entre nós.



Ano Internacional da Criança (AIC)

Milhares de crianças confraternizaram no Porto

Saldou-se num importante êxito a Grande Festa do Ano Internacional da Criança que, no domingo passado, foi promovida pelos Pioneiros de Portugal-Região Norte, no Palácio de Cristal. Foi de muitos milhares, o número de crianças que ali afluíram

para participarem nas diversas realizações incluídas na iniciativa.

Logo de manhã, cerca de 800 crianças deslocaram-se para o Palácio a fim de pintarem, moldarem e assistirem à projecção de filmes. O mau tempo impediu a utilização dos terrenos anexos. Contudo,

muitos foram aqueles que tiveram oportunidade de praticar desporto. As 15 áreas destinadas à prática de diversas modalidades estiveram ocupadas por cerca de três centenas de miúdos que jogaram, correram e saltaram vários aparelhos.

Faltavam dez minutos para as 16 horas, quando uma violenta chuva obrigou cerca de mil crianças a desfazerem o desfile que partira da Praça da Liberdade em direcção ao Palácio. Uma enorme onda de aplausos saudou a entrada, na nave

central da maior sala coberta do Porto, dos jovens onde sobressaíram inúmeros lenços vermelhos dos pioneiros. À frente do cortejo um cartaz empunhado por membros da organização do Campo-Valongo dos Pioneiros de Portugal salientava: «o Ano

Internacional da Criança é para nós, crianças».

Dois lemas sobressaíram entre os cartazes empunhados por miúdos: «nós, as crianças defendemos pão, amor e paz»; e «defendemos os nossos direitos». Ainda não se viam, já o rufar característico das «Latas do

Aleixo» anunciavam a sua sempre festejada presença na jornada. Foram eles que, efusivamente saudados pelas crianças e familiares presentes em elevado número no Palácio, subiram em primeiro lugar ao palco para iniciar a tarde de convívio.

Uma monitora e uma pioneira dirigiram-se aos presentes para realçar o significado da iniciativa dos Pioneiros de Portugal. Um exemplo a seguir. Assim se conseguirá um dia que todos os anos sejam das crianças, como acentuou a Joana Caspura na sua breve saudação.

Na República Popular de Moçambique

O AIC está a ser celebrado na República Popular de Moçambique com uma série de programas que visam melhorar a vida das suas crianças. Com o objectivo de definir e concretizar a realização desses programas foi criada uma Comissão Nacional chefiada pelo ministro da Educação e Cultura, camarada Graça Machi, e constituída pelo ministro da Saúde, pelos secretários-gerais das organizações democráticas de massas, pelos directores nacionais das aldeias comunais, pelos responsáveis pelo sector da Informação e ainda um representante do Ministério da Justiça.

Fazem parte dos programas organizados no âmbito do AIC: semanas de limpeza dos bairros; sessões de esclarecimento sobre os direitos das Crianças; passeios recreativos; visitas de estudo a aldeias comunais, unidades de produção e museus; e actividades culturais diversas em todo o país.

Os programas prevêm, por outro lado, a criação de um parque infantil modelo em cada distrito; a formação de cooperativas de confecção de vestuário; a realização de acções contra a especulação na venda de roupa; promoção de concursos de poesia e dança e ainda de jogos tradicionais.

Entretanto, será construído ainda neste ano, com a colaboração do Fundo das Nações Unidas, uma fábrica de brinquedos. «A nossa solidariedade para com as crianças e os inválidos» é o lema da colectânea de poemas e cartas a editar brevemente por iniciativa da Comissão Nacional moçambicana para o AIC.

Sob a palavra de ordem «A cada turma a sua sala de aula e a cada aluno o seu banco», o plano nacional elaborado por aquela Comissão estabelece igualmente o melhoramento dos centros infantis, dando prioridade aos centros de cinco aldeias comunais. Para a concretização destas tarefas serão ministrados cursos dinamizadores a duzentas pessoas. Outro dos objectivos do programa é o melhoramento da dieta alimentar das crianças, nomeadamente através da divulgação de conhecimentos sobre nutrição.



Porto: uma bela jornada integrada no AIC

Iniciativas

Aqui ficam algumas das iniciativas do AIC para os próximos dias: **SÁBADO** — às 10 horas, movimentação desportiva em Alcácer do Sal, no Bairro do Forno da Cal; às 21 e 30, no Círculo Cultural Scalabitano, em Santarém, colóquio promovido pela ARSTA e APTA, com a presença do dr. Alexandre Pita Soares, subordinado ao tema «A criança na família, meio ambiente e escola». **DOMINGO** — às 15 horas, no Pinheiro (concelho de Alcácer do Sal), convívio infantil com a Escola de Música da «Calceteira» e «Os Minorcas» (grupo coral infantil). Haverá

ainda concursos para todos. Entretanto, em Alcácer ha movimentação desportiva a partir das 10 horas, no Bairro do Forno da Cal.

Em Portalegre, na Escola Comercial e Industrial, o Grupo de Trabalho e Acção Cultural «O Semeador» realiza a II Grande Festa da Criança. Serão 6 horas de espectáculo com teatro, palhaços, orfeão-orquestra, canções infantis e Barata Moura ao vivo.

Em Vila Real de S. António, por iniciativa do núcleo local dos Pioneiros de Portugal, realiza-se uma manhã desportiva. Estará presente

Breves • Breves • Breves • Breves

Das autarquias

Encerra no próximo domingo uma exposição de trabalhos infantis relativa à Campanha de Segurança Rodoviária que, por iniciativa da Câmara Municipal de Oeiras, se encontra patente ao público desde o passado dia 8, no Salão Nobre daquele município.

A criação de bibliotecas e parques infantis, a realização de actividades teatrais, musicais e plásticas para a infância; o auxílio à rede pré-escolar e cantinas, através da distribuição de leite e equipamentos desportivos; a realização de acções junto do poder central no sentido de obter apoio técnico, financeiro e pedagógico para as creches e jardins de infância — estas as iniciativas mais importantes da Câmara Municipal de Beja para o AIC, a qual já distribuiu nas escolas, exemplares dos «Direitos da Criança».

A Assembleia Municipal de Coruche decidiu construir parques infantis em todas as aldeias do concelho, contando para tal com uma verba especial no seu orçamento para este ano. No distrito de Santarém estão a funcionar diversas comissões de apoio ao AIC, nomeadamente em Alpiarça, Chamusca, Almeirim, Torres Novas, Samora Correia e Coruche.

Da ONU

É esperada em Lisboa, no próximo domingo, Estefânia Aldapa-Lin, adjunta do secretário-geral das Nações Unidas, para uma série de contactos com as autoridades portuguesas e com os órgãos de Comunicação Social.

Do movimento sindical

Reunidas recentemente num encontro realizado na capital, as CT's e as

Comissões Sindicais do Sector de Transportes da zona de Lisboa decidiram «manifestar todo o seu apoio às comemorações do AIC» e apelar aos trabalhadores do Sector para que participem e colaborem na realização das iniciativas que venham a decorrer. Esta decisão consta de uma moção aprovada por unanimidade e aclamação.

Das iniciativas culturais

A Editorial «Caminho» decidiu criar um prémio de literatura infantil no qual podem participar todos os escritores de língua portuguesa. Estimular a produção literária para as crianças é o objectivo desta iniciativa.

Também a Casa da Cultura da Juventude de Viseu, em colaboração com o FAOJ,

realiza um concurso literário a nível nacional, integrado no AIC.

Do PCP

O Sector da Saúde do PCP criou uma comissão para o AIC que funciona no Centro de Trabalho Vitória. Todos os camaradas e amigos interessados nas questões que dizem respeito à saúde e à criança podem levar sugestões e colaborar nas realizações.

Num documento intitulado «Em defesa da infância», a Organização da Amadora do PCP apelou a todos os militantes, simpatizantes e amigos no sentido de participarem activamente nas comemorações do AIC. Idêntica posição tomou a Comissão Concelhia de Castelo Branco e a Direcção da Organização Regional de Santarém (DORSA) do PCP.



Um desenho feito por uma criança moçambicana (aluno da Escola de Chiango) para as comemorações do AIC naquela jovem nação africana



uma delegação de monitores de Pioneiros da URSS. Em Faro, às 15 horas, realiza-se um encontro cultural e recreativo com a participação de todos os núcleos de Pioneiros do Distrito. À noite terá lugar um colóquio com a presença de monitores soviéticos.

«A Criança: que educação?». Este o tema central do colóquio que se realiza amanhã, no salão do Centro de Trabalho Vitória, em Lisboa, a partir das 21 e 30. A iniciativa é da Comissão de Ensino da DORL do PCP para o AIC. Participam a camarada Alda Nogueira, a médica pediatra Maria de Lurdes Cardoso Pires e o professor e pedagogo Rogério Fernandes.

Pelo reforço da amizade!

O Conselho Directivo e o Secretariado da Associação Portuguesa-URSS decidiram «convidar todos os núcleos espalhados pelo território nacional a promoverem iniciativas que contribuam para o reforço da amizade e da solidariedade entre as crianças de Portugal e da URSS».

A Associação convida também todos os alunos dos ensinos primário, preparatório e secundário a enviarem para a sua sede nacional (Rua de S. Caetano à Lapa, 30 — 1200 Lisboa), por intermédio dos respectivos professores, textos que contribuam para o conhecimento mútuo, a aproximação, o entendimento e a amizade entre as crianças portuguesas e soviéticas. Brevemente, a Associação publicará uma colectânea de textos infantis e juvenis portugueses e soviéticos.

Semana

7 Quarta-feira 1965 — Início dos bombardeamentos ao Vietname do Norte pela aviação dos EUA.

Cinco soldados e um civil mortos e 83 militares feridos é o balanço das manobras militares da NATO, suspensas por más condições de terreno, na RFA, tendo-se registado 481 acidentes e mais de um milhão de dólares de prejuízos.

8 Quinta-feira 1948 — É fundado o Exército Popular da Coreia.

Um comunicado oficial emitido em Argel anuncia a eleição de Chadli Benjedid para a Presidência da República da Argélia, com a aprovação de 94,23 por cento do eleitorado.

9 Sexta-feira 1918 — Kiev, libertada dos contra-revolucionários pela Guarda Vermelha Soviética, torna-se a capital da República Socialista Soviética da Ucrânia.

O Partido Comunista Italiano e o Partido Republicano negam apoio à fórmula governamental apresentada pelo Primeiro-Ministro indigido Andreotti, que propôs um gabinete formado exclusivamente por democratas-cristãos e "tecnocratas-independentes".

Luís Carlos Prestes O Partido Comunista Italiano e o Partido Republicano negam apoio à fórmula governamental apresentada pelo Primeiro-Ministro indigido Andreotti, que propôs um gabinete formado exclusivamente por democratas-cristãos e "tecnocratas-independentes".

10 Sábado 1898 — Nasce em Augsburg Bertolt Brecht.

Um levantamento popular armado controla a parte leste da capital do Irão, enquanto mais armas são distribuídas à população por militares da Força Aérea e se registam combates entre soldados desta arma e a guarda imperial.

11 Domingo 1948 — Morre Sergei Eisenstein.

Chapur Bakhtiar demite-se. O chefe do Estado-Maior das Forças Armadas garante o apoio destas ao governo de Bazargan nomeado por Komeiny, depois de dois dias de confrontos entre unidades militares de Teerão, que culminam pela vitória de civis e militares unidos contra a monarquia derrubada.

Yasser Arafat Presidência do Comité Central da Liga dos Comunistas e da Presidência de Jugoslávia. Os estúdios de duas estações de rádio de São Salvador são ocupados, no momento da transmissão da final do campeonato nacional de futebol, por grupos de guerrilheiros do "Exército Revolucionário do Povo" que lançam palavras de ordem contra o Governo.

12 Segunda-feira 1958 — Morre Marcel Cachin, membro do Bureau Político do CC do PCF e que foi Director de "L'Humanité".

Os ministros dos Negócios Estrangeiros da URSS e da França, respectivamente Andrei Gromyko e J. F. Pompet, conferenciam em Moscovo, afirmando a TASS terem os ministros expressado a sua satisfação pelo bom andamento da cooperação franco-soviética.

13 Terça-feira 1960 — Primeira explosão atómica francesa.

O ex-primeiro-ministro do Irão, Chapur Bakhtiar, é preso e entregue ao Comité Komeiny, conforme anunciam em Teerão, enquanto o pessoal de várias embaixadas iranianas no mundo decide apoiar o governo de Mehdi Bazargan.

O Irão dá um passo decisivo rumo à liberdade

O xá não voltará das "férias" criteriosamente planeadas pela CIA. Caiu o homem que o Imperialismo com tanta dificuldade conseguiu encontrar para pôr à cabeça de um governo-farsa: Bakhtiar. O mais bem armado Exército do Médio Oriente, preparado não só para perpetuar a exploração capitalista da riqueza petrolífera do Irão, mas como força dissuasora contra o movimento de libertação na zona, ergueu as bandeiras brancas nos quartéis de Teerão, prometendo neutralidade e até apoio ao primeiro-ministro Bazargan, designado pelo ayatollah Khomeiny.

O processo que levou à queda definitiva do poder do xá consumou-se em três dias, os três dias que se seguiram ao confronto entre a guarda imperial e elementos da Força Aérea, que defendiam os interesses populares, o que significava divisões profundas num aparelho montado para a repressão, estado fundamental do poder agora derrubado.

O Irão tem hoje um novo governo, encabeçado por Mehdi Bazargan. Um governo, logo nas primeiras horas, reconhecido pela União Soviética e por diversos países da Ásia e do Norte de África.

Mas desde já pouco mais se poderá dizer de um país em revolução, com um imenso impacto sobre a situação internacional. Não tanto pelas dificuldades de informação através das fronteiras ainda fechadas para impedir a fuga normal de elementos demasiado comprometidos pelos seus crimes contra o povo iraniano, mas porque a grande unidade que se viveu nas ruas das principais cidades do Irão, entre a esmagadora maioria do povo, e se concretizou também na fraternidade entre civis e soldados, a unidade que conduziu à vitória sobre a tirania, não parece ter a sua correspondência numa força organizada, numa estrutura ou numa articulação entre partidos, num projecto claro e unificador de acção.

A morte de Edward Kardelj

Faleceu no passado domingo o camarada Edward Kardelj, membro da presidência do Comité Central da Liga dos Comunistas da Jugoslávia e membro da presidência do Estado jugoslavo.

Logo que teve conhecimento do facto, o secretário do Comité Central do Partido Comunista Português enviou uma carta de condolências ao Comité Central da Liga dos Comunistas da Jugoslávia.



As relações sino-americanas comentadas pelo PC dos EUA

«O povo americano deve reflectir lucidamente sobre o verdadeiro significado da visita do vice-primeiro ministro chinês a Washington» — afirma o Partido Comunista dos Estados Unidos, em documento publico recentemente divulgado, logo acrescentando: «Esta visita inscreve-se fundamentalmente no processo do estabelecimento da cooperação militar entre os EUA e a China e significa, em última análise, uma aliança do tipo militar.»

A declaração do PCEU é assinada por Henry Winston, Presidente Nacional do Partido, e Gus Hall, secretário-geral, e segue-se à recente visita a Washington de Deng Xiaoping, vice-primeiro-ministro chinês. Afirma-se ainda no documento:

«Trata-se de uma aliança que aumenta o perigo de uma guerra termonuclear e representa uma ameaça para os povos oprimidos do mundo, em luta pela sua libertação nacional; constitui uma ameaça à luta do povo dos Estados Unidos para se pôr termo à corrida aos armamentos e de reduzir o orçamento militar.»

«Não se trata do restabelecimento de relações normais entre os Estados Unidos e a China: estas já podiam ter sido normalizadas há muito. Não se trata, também, da existência de uma ou duas Chinás. A questão é a de saber que tipo de

tário da Defesa parte para a Arábia Saudita para "estimular a confiança" e se programam vendas de armas ao Sudão e ao Iémen do Norte, a pagar pela Arábia Saudita. Significativos os esforços continuados, desenvolvidos até ao fim pelo governo de Bakhtiar (na verdade um governo da CIA) para cindir a oposição ao regime, e que foram até à tomada de posições no domínio da política externa — o abandono da CENTO, aliança económico-militar regional sob a égide dos EUA, o corte com Israel e a África do Sul — e no da política interna: a promessa de eleições e de formação legal de partidos. Factos que, reflectindo os profundos sentimentos anti-imperialistas do povo do Irão, visavam no entanto mudar alguma coisa para que o essencial ficasse na mesma.

Uma constante percorre todo o processo revolucionário que se vive no Irão: a importância decisiva e crescente do movimento grevista e da acção das massas trabalhadoras, em particular do operariado (nos campos petrolíferos), para a aprofundar da crise do regime. Na verdade,



O movimento popular, factor decisivo das alterações políticas verificadas no Irão

O anticomunismo não serve o povo do Iraque

Os graves factos que actualmente ocorrem no Iraque — um país particularmente importante no contexto do movimento progressista árabe, em luta contra o sionismo e contra o imperialismo — não podem deixar de alarmar os amigos do Povo iraquiano.

No dia 21 de Novembro de 1978, um grupo de ex-oficiais, na reserva desde 1963, funcionários e militantes do Partido Comunista do Iraque, entre eles um membro do CC do Partido, foram presos.

A campanha desdobra-se em múltiplas formas: a paralisação da actividade da Frente Nacional (em que participam o Partido Baas e o Partido Comunista do Iraque), nomeadamente através da suspensão das reuniões do Comité Supremo da Frente; uma campanha ideológica intensiva, através dos meios de informação oficiais, tanto no interior do país, como no estrangeiro; perseguição em relação à imprensa do Partido, contra a sua divulgação nas escolas e fábricas; vigilância

o movimento grevista, nas condições específicas que se vivem no país, não é menos importante que as grandiosas manifestações de rua. Ao longo dos momentos mais agudos de luta — e também na sua origem — estão as paralisações nos campos petrolíferos. Nos correios, nas centrais telefónicas, nos telegrafos. Na Rádio e na Televisão. No sistema bancário. Nos transportes ferroviários e aéreos. Na maioria das empresas. No comércio. Nas escolas e creches. Em todos os sectores-chave da economia e dos serviços do país.

Assim, apesar de evidentes dificuldades e sérias deficiências no campo organizativo, que não deixarão de ter os seus reflexos no futuro imediato do país, foram as massas trabalhadoras iranianas que impuseram pela sua acção as cedências sucessivas e, depois, a queda do regime ditatorial. Adquirindo simultaneamente uma experiência que ninguém poderá apagar.

Embora numa situação complexa, o Irão dá um passo decisivo rumo à liberdade. Desde já, o imperialismo tem razões de sobra para se preocupar.

OS problemas socioeconómicos do capitalismo são acompanhados de outros problemas de carácter político. A instabilidade governamental caracteriza a situação em vários países europeus. Na Bélgica desenvolve-se esforços para a formação de um novo governo. A Grã-Bretanha parece ter-se momentaneamente furtado — à justa — a uma crise governamental. Na Itália, Andreotti passa à terceira série de conversações, tentando formar um governo sem comunistas, de acordo com as expressas exigências da Casa Branca. O caso Moro volta a ser agitado, o que se está a tornar quase rotina nos momentos de crise. Em Espanha, o início da campanha eleitoral, que deverá terminar às zero horas do último dia do mês, ficou marcado quer por novos actos de terrorismo, quer por uma intervenção policial na greve dos bancários, que lutam por aumentos salariais de 16 por cento. O desemprego, o terrorismo, a deterioração do poder de compra dos trabalhadores, a defesa da democracia, são sérios problemas, presentes em todo o processo eleitoral.

mentado do sector agrícola socializado. Paralelamente tomam-se medidas de grande alcance social como a construção de maior número de habitações, a liquidação do analfabetismo, uma progressista política de saúde.

As conquistas da revolução iraquiana têm sido possíveis pela acção conjugada dos vários partidos que integram a Frente Patriótica Nacional Progressista, onde têm estado lado a lado o Partido Baas e o Partido Comunista, e pela consequente mobilização popular por objectivos que lhe são próprios.

A paralisação da actividade da Frente e a violenta campanha anticomunista, não poderão deixar de prejudicar este processo, travar o avanço progressista do país, sob a pressão das "condições de emergência", que afectam particularmente a região autónoma do Kurdistan.

É evidente que a introdução de métodos de repressão violenta e o anticomunismo não podem deixar de favorecer as actividades das forças reacçãoárias. Os acontecimentos no Iraque verificam-se num momento em que o imperialismo se desdobra numa acção febril para impor as



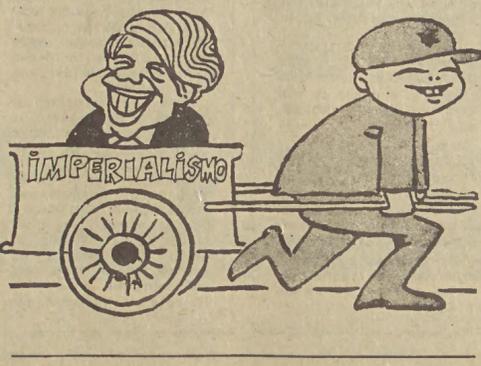
Indústria petrolífera nacionalizada — uma conquista que há que defender

suas "soluções" no Médio Oriente, e em que cresce a resistência dos povos desta região como o demonstra o caso do Irão. A consciência do real significado e das consequências do anticomunismo, entre as forças democráticas iraquianas, o povo do Iraque, no próprio partido Baas, será um factor essencial para que sejam defendidas e reforçadas as suas conquistas revolucionárias, para que a sua acção no Médio Oriente constitua este firme do movimento de libertação, contra os desígnios do imperialismo.

Um passo para a reunificação da Coreia

O Comité Central da Frente Democrática de Reunificação da Pátria, da Coreia, após uma reunião para a aceleração do processo de reunificação pacífica e independente da Coreia, fez com este objectivo, algumas propostas concretas: voltar aos princípios da Declaração Conjunta (entre o Norte e o Sul da Coreia) de 4 de Julho, destinada a impedir a divisão do país, abrindo portas à sua reunificação pacífica, sem intervenção estrangeira; cessar imediatamente quaisquer calúnias e suspender incondicional e imediatamente todas as acções militares, assim como o aumento de armamentos e a construção de estabelecimentos militares; convocar um Congresso geral de todos os partidos políticos e organizações sociais do Norte e do Sul, que deverá reunir em Setembro próximo.

Entretanto, a República Popular Democrática da Coreia, tomou algumas medidas, actualmente já em curso, destinadas a evitar toda a propaganda susceptível de originar confrontos entre o Norte e o Sul. As decisões assim tomadas, e que poderão vir a representar um impulso na reunificação do país, inserem-se num longo processo de luta contra o imperialismo ao povo coreano, processo que sempre tem contado com a solidariedade internacional, nomeadamente do PCP, dentro dos princípios do internacionalismo proletário. Quando da II Conferência Mundial de Solidariedade com a Reunificação Independente e Pacífica da Coreia, recentemente realizada em Tóquio, o Comité Central do PCP enviou uma mensagem, onde se realçam os fundamentos da justa luta do povo coreano pela reunificação da sua pátria: «A situação resultante da ocupação da Coreia do Sul pelas tropas dos EUA, atenta frontalmente contra o legítimo direito do povo coreano a decidir livremente do seu próprio destino, e simultaneamente representa um perigoso foco de tensão a nível internacional. O PCP considera que a luta pela reunificação da Coreia, pela liquidação do regime fascista de Seul e pela evacuação das tropas norte-americanas do Sul do país é parte integrante da luta geral contra o imperialismo, pela paz, o desarmamento e a segurança internacional.»





No Ribatejo, as cheias transformaram ruas e terras em autênticos mares de água, que arrastam consigo os bens de centenas de famílias



No Porto, as águas do Douro invadiram vastas zonas ribeirinhas, chegando quase a atingir os primeiros andares das habitações

Milhares de pessoas desalojadas e privadas de todos os seus haveres, colheitas arrasadas, portos e obras marítimas gravemente danificadas, centenas de cabeças de gado perdidas, alfaias e instalações fabris arrasadas ou alagadas, comunicações submersas e destruídas, milhares e milhares de contos de prejuízos — eis o panorama deixado pelas cheias e tempestades dos últimos dias e que em muitos pontos atingiram proporções que não se verificavam há mais de cem anos.

Como sempre, foram os trabalhadores, os camponeses pobres, os pescadores, as famílias de mais escassos recursos que viram os seus bens engolidos pelas águas, que se viram privados de tecto, de terras, de barcos, que viram o fruto do seu trabalho e garantia da sua sobrevivência aniquilados. São eles que no Ribatejo, nas margens do Douro, nos molhes de Leixões, nos campos alagados do Mondego contemplam a vastidão das correntes lamacentas que arrastam tanto das suas vidas e se interrogam sobre o seu futuro.

Para eles e para todos nós coloca-se uma interrogação: que fazer?

AS MAIORES CHEIAS DOS ÚLTIMOS CEM ANOS

E agora, que fazer?

Antes de mais nada solidariedade imediata e activa

Antes de tudo o mais, solidariedade activa.

Ela impõe-se com toda a naturalidade nas operações de socorro, no esforço para salvar vidas e bens em perigo. Mas há que ir mais longe, há que recorrer a todos que tiverem necessidade de se refugiar longe de suas casas, que chegaram a chão seguro trazendo apenas a roupa que têm sobre o corpo.

Já no sábado passado, quando a situação se tornava alarmante, o Secretariado do Comité Central do PCP apelava às organizações e militantes para que, dada a gravidade da situação, se empenhassem activamente no desenvolvimento de iniciativas concretas de salvamento, reconstrução e apoio às populações afectadas e cooperem

nas operações de socorro que estão a ser desenvolvidas. No mesmo dia, a Direcção da Organização Regional de Santarém (num comunicado sob a palavra de ordem «solidariedade imediata às vítimas das inundações»), depois de criticar vigorosamente a indiferença do Governo face à situação, dirigia um veemente apelo «para que se desenvolvam rapidamente acções concretas e imediatas de solidariedade às populações atingidas».

No domingo foi a vez da Comissão Concelhia de Santarém, da Comissão Concelhia de Torres Novas dirigirem apelos à população. Em Vila Franca, a organização do Partido encontrava-se já mobilizada, com resultados de que um comunicado do dia 12

dava notícia, lado a lado com novos e concretos apelos. Na segunda-feira, a Direcção da Organização Regional de Lisboa dirigiu um apelo a toda a organização de Lisboa, enquanto a Comissão Concelhia de Azambuja mobilizava igualmente esforços para acorrer às vítimas das cheias.

No Porto, também o Executivo das Organizações Ribeirinhas do PCP dirigia no mesmo dia um comunicado às populações afectadas pelas cheias do Douro.

Actos e não só palavras

Os apelos do PCP, lado a lado com os de outras organizações e de algumas autoridades locais, encontraram rápido eco em

milhares de pessoas, e a dedicada acção dos bombeiros, de elementos das Forças Armadas, encontraram importantes apoios populares.

Ao mesmo tempo que helicópteros da Força Aérea, lanchas dos Fuzileiros, viaturas de diversas unidades militares socorriam populações atingidas, enquanto o próprio Presidente da República se deslocava, de batelão, a algumas das zonas mais atingidas da lezíria ribatejana, enquanto muitos trabalhadores percorriam igualmente as zonas alagadas tentando esforçadamente salvar pessoas, bens, gados e alfaias arrastados pelas águas, em Santarém, Vila Franca, Alenquer e muitas outras localidades. Criaram-se condições para acorrer às necessidades mais prementes.

Numerosos Centros de Trabalho do PCP — como é o caso do de Vila Franca onde foram acolhidas várias famílias de aviadores — tornaram-se pontos de encontro desta solidariedade activa, pontos de recolha de roupas e géneros, local de constituição de brigadas de trabalho e de auxílio.

De Alenquer para a Azambuja seguiu já, através do CT local, um primeiro carregamento de géneros. Em muitos Centros surgem respostas aos pedidos: roupas (especialmente mantas, extremamente necessárias), géneros alimentícios, caloríferos, leite para as crianças, medicamentos e tantas outras coisas.

Toda a vontade teve uso, tudo teve utilidade: até os megafones da Secção de

Propaganda do CT de Vila Franca foram mobilizados para as brigadas de socorro que percorreram as zonas sinistradas.

As águas descem, a solidariedade não!

Embora as notícias meteorológicas e a aproximação do equinócio façam ainda correr riscos de novos problemas, a tendência será para uma normalização da situação. Os problemas contudo estão longe de ficarem resolvidos.

«Tem sido feito — afirmava terça-feira a DORSA — um bom esforço quanto ao apoio às populações evacuadas. O PCP, as suas organizações, os seus militantes e simpatizantes, os trabalhadores, os democratas, as estruturas

sindicais, a APU e outras organizações populares unitárias, deram uma boa ajuda na recolha e entrega de solidariedade aos desalojados, bem como na oferta de alojamento». Mas os camaradas da Direcção da Organização Regional de Santarém, depois de justamente afirmarem «é ao Governo que compete tomar medidas de fundo», acrescentam:

«Mas aos trabalhadores, aos democratas, aos comunistas em especial, cabe levar à prática a solidariedade popular, democrática e desinteressada. A par da recolha de géneros, de agasalhos e de dinheiro, que é necessário continuar a fazer, coloca-se desde já a necessidade de se organizar e levar à prática outro tipo de

ajuda não menos importante. É preciso ajudar a reparar casas, a consertar mobílias, a arranjar caminhos».

Tarefas imediatas: «O apelo que desde já se faz é o da criação de grupos de trabalho para que, a seguir à saída das águas, se ajude as populações na recuperação ou reparação dos seus haveres. Nos Centros de Trabalho do PCP estão abertas inscrições para este tipo de solidariedade».

Trabalho e solidariedade: alguma coisa de novo para os trabalhadores e para os democratas? Alguma coisa de novo para os comunistas? Não! Face a todos os problemas que ao Povo português se colocam os comunistas actuarão de forma a que o Partido esteja à altura da confiança que nele é depositada.

O Governo Mota Pinto/PPD não dá garantias de corresponder aos graves problemas criados

Que vai fazer o Governo Mota Pinto/PPD face às cheias que devastaram vastas regiões do País, lançaram na miséria centenas de famílias, provocaram milhares e milhares de contos de prejuízo?

O ministro Vaz Portugal foi até ao Ribatejo. Não será certamente do responsável pelos ataques à Reforma Agrária que virão manifestações de compreensão pelos problemas nacionais, nem sequer pílulas amostras de sequerências sobre como se resolvem catástrofes. O MAP de Vaz Portugal/Ferreira do Amaral pode, quando muito, ser especialista em provocar catástrofes nacionais — nunca em resolvê-las.

O ministro da Administração Interna — que também esteve nas lezírias — declarou que o Governo vai tomar medidas e que é natural que tenha de se rever o Orçamento Geral do Estado que em breve será apresentado à Assembleia da República no sentido de que nele sejam incluídas verbas para acorrer às populações e terras atingidas.

Que se pode, porém, esperar de um governo de direita como o é o presidido por Mota Pinto e apoiado pelas forças de direita?

Mistificação antes de mais nada

Ainda as terras estão cobertas por água e lama, já o executivo do PPD demorara a sua visão dos problemas longe de fornecer respostas aos problemas reais, desdobra-se numa ofensiva contra os trabalhadores dos

TLP, em ameaças, sanções — e mentiras.

Dessa afirmação um tanto mais concreta sobre a inclusão no Orçamento de verbas de apoio, haverá alguma coisa a esperar?

Convém recordar que o Governo tem até à data feito saber que é indispensável fazer cortes nas despesas do Estado e foi entretanto anunciado o famigerado eventual imposto sobre o I3.^o Por outro lado, o mesmo Governo conduz uma campanha contra a Lei das Finanças Locais (aprovada pela Assembleia da República) afirmando igualmente que não há dinheiro para dotar as autarquias de meios para o seu funcionamento.

Donde, lógico é concluir que a primeira coisa que o Governo vai fazer é não há dinheiro para acorrer à catástrofe que se abateu sobre o País. Haverá para pagar indemnizações a agrários e monopolistas, para «apoiar a iniciativa privada» — mas não haverá para repor a capacidade produtiva das regiões atingidas e acorrer às necessidades das populações.

E é ainda possível que, sob o pretexto de responder às necessidades criadas por esta catástrofe, o Governo ressuscite a ideia do novo imposto assim demagogicamente «justificado» — à semelhança de alguns impostos «de socorro» com que durante anos o fascismo «socorreu»... os monopólios!

Com verbas no Orçamento ou sem elas, brandindo novos impostos ou não, será contudo o Governo Mota Pinto o governo que oferece

garantias de minimamente acorrer às necessidades criadas?

Os antecedentes não são deste Governo, mas são os dos Governos PS, PS/CDS, etc., isto é, os governos das forças políticas que apoiam explicitamente ou «deixam passar» este.

E que sucedeu — sem ir mais longe — o ano passado quando igualmente cheias, embora sem atingirem a gravidade das deste ano, atingiram as regiões do Ribatejo, de Montemor-o-Velho, do Vale do Vouga, das zonas ribeirinhas de Gaia e Porto? Como denunciavam as organizações do PCP do Porto, de Santarém, de Coimbra, ainda hoje se está para saber o que sucedeu às verbas que oficialmente foram destinadas ao socorro aos sinistrados! Desconhecem-se a quem foram atribuídos os subsídios e jamais foi dada qualquer satisfação do que lhes aconteceu.

É claro, face à gravidade das destruições dos últimos dias, um mínimo de medidas irão ser tomadas. Mas mesmo aqui será necessário estar atento face a um governo contrário a todos os reais interesses do Povo português.

Duas questões podem desde já declarar-se previsíveis face à política até agora seguida.

Tecnocráticas e manipulações

O desprezo arrogantemente manifestado pelo Governo face aos trabalhadores e às suas

organizações têm dado origem a declarações que se pretendem altamente técnicas e competentes. O Povo português ainda não esqueceu as aritméticas do prof. Mota Pinto quanto a horas de trabalho e a camas em hospitais expendidos no seu discurso de posse... O Governo não acredita em quem trabalha e tem tentado cobrir com argumentos «tecnocráticos» medidas que envergonham qualquer técnico.

Naturalmente que a resolução dos problemas criados pelas cheias exigirá medidas técnicas de vulto, mobilização de esforços e competências. O que não se pode é consentir que, sob a demagogia de um tecnocratismo balofo e reaccionário, se oculte a realidade de não querer acorrer às reais necessidades das populações e dos trabalhadores ou de ignorar a indispensável e criadora participação popular na resolução das consequências da tragédia.

Por outro lado, a dura vida dos trabalhadores portugueses durante dezenas e dezenas de anos tem ensinado de que forma um governo contrário aos interesses populares manipula e usa as próprias tragédias. Que as verbas atribuídas para o necessário socorro sejam distribuídas por critérios de gabinete e compadrio, que sirvam para tomar mais ricos quem já é rico e deixar pobre quem agora ficou mais pobre é uma coisa que não se poderá consentir.

Há tarefas e responsabilidades para as autarquias, as organizações populares para todos os trabalhadores e democratas

O trabalho está em andamento. Colocam-se já aos comunistas, aos democratas, aos trabalhadores tarefas concretas para ajudar a resolver o verdadeiro problema nacional criado pelas cheias quando as águas abandonaram as terras alagadas.

Erguer casas, desimpedir caminhos, reparar máquinas e instalações será tudo o que haverá a fazer?

Há ainda mais. E esse mais assenta numa realidade permanente da vida e da resolução dos problemas populares: organizar.

Desde já a necessidade de organização se faz sentir nas operações de socorro, no apoio aos sinistrados. E depois?

Depois, caberá às organizações populares um papel decisivo na contribuição para que se dê solução aos problemas criados, de acordo com os interesses do povo e do País.

As autarquias

Directamente ligadas às populações, às autarquias, como órgãos de poder local caberão pesadas responsabilidades que se farão sentir em duas direcções essenciais: junto das populações e junto do poder central.

Junto das populações, é necessário que, juntas de freguesia, câmaras, etc., criem condições para um conhecimento profundo dos problemas criados, o que só será possível mediante um amplo e democrático trabalho de participação onde igualmente estruturas como as Comissões de Moradores e outros órgãos de base são indispensáveis. Trata-se de inventariar rigorosamente

o que se perdeu e o que é preciso, assegurar equitativa e racionalmente os apoios — e só com a participação popular se assegurará que os apoios serão atribuídos com justiça e com eficácia.

Por outro lado, face a um governo com uma política antipopular e de direita, as autarquias eleitas pelo voto democrático têm de assumir a defesa decidida dos interesses dos povos que as elegeram. A nota do MAP ontem divulgada já um índice claro de como se pretende afastar todas as estruturas mais ligadas às populações do próprio levantamento dos prejuízos.

Sucedem entretanto que a Lei das Finanças Locais aprovada pela Assembleia da República e a cuja aplicação o Governo Mota Pinto/PPD se tem tentado escusar, prevê explicitamente (art.º 16.º, n.º 2) que «em caso de calamidade pública ou quando se verifique circunstâncias anormais, a definir por decreto-lei, o Governo tomará as providências necessárias à concessão de auxílio financeiro às autarquias locais afectadas».

De Norte a Sul, em todos os locais onde a intempérie provocou prejuízos e pôs em causa a sobrevivência das populações, os eleitos populares têm o dever de exigir do Governo o respeito pela lei para que possam assumir perante as populações as funções que nesta emergência lhes competem.

Ligas, sindicatos, organizações de base

Igualmente as organizações onde democraticamente se associam os pequenos agricul-

tores e rendeiros, trabalhadores agrícolas e industriais têm de encarar activamente a situação criada. É indispensável levar a todos aqueles que viram a sua vida atingida pela intempérie a consciência de que a democracia conquistada no 25 de Abril não é apenas uma questão de regime, abriu sim a possibilidade de defenderem livremente os seus interesses, de se juntarem e comumente apontarem e lutarem por medidas justas e úteis.

Trata-se não só de assegurar a unidade de todos os que se veem hoje immanados numa situação dramática face ao previsível desinteresse de um governo impopular, mas também de alargar a solidariedade e de enriquecer com a procura comum de soluções, a definição de propostas que correspondam realmente aos interesses do povo e do País.

As ligas de camponeses, os sindicatos, as organizações populares têm de tomar a iniciativa e não aguardar passivamente que, através de estruturas dominadas por caciques e reaccionários venham a surgir falsas soluções e falsas ajudas que não servem quem trabalha.

O levantamento dos prejuízos, os auxílios necessários, a sua distribuição, o estudo de medidas de reconversão e defesa, o apontar de medidas técnicas, a criação de condições para o diálogo com os serviços públicos são tarefas que tanto se colocam aos trabalhadores do porto de Leixões ou do molhe de Sines, aos pequenos

agricultores de Montemor ou de Valada, aos pescadores da Póvoa de Varzim ou de Sesimbra.

Os comunistas

Aos comunistas, pelas sua dedicação aos interesses populares, pelo seu espírito solidário e fraterno, pela sua capacidade de organização cabem naturalmente grandes responsabilidades no esforço que há a desenvolver.

Não faltarão caciques locais, pasquins reaccionários, políticos saudosos do fascismo que venham barafustar que «ai estão os comunistas aproveitando-se da miséria alheia para fazerem a sua propaganda»!

Não se trata contudo de propaganda o que há a fazer, trata-se sim de levar junto de todos a rica experiência de organização da classe operária. Trata-se de tornar viva a democracia, trabalhando para que a democracia do Portugal de Abril seja uma realidade viva que corresponda aos interesses, às necessidades, à vida de todos os portugueses.

É natural que aqueles que sempre estiveram afastados do Povo ou contra ele se assustem quando virem os democratas onde sempre estiveram — junto do Povo que são.

Solidariedade, unidade, organização. Também contra a tragédia, as inundações, os vendavais se reconstrói com os trabalhadores, se constrói com os trabalhadores um Portugal para os trabalhadores.